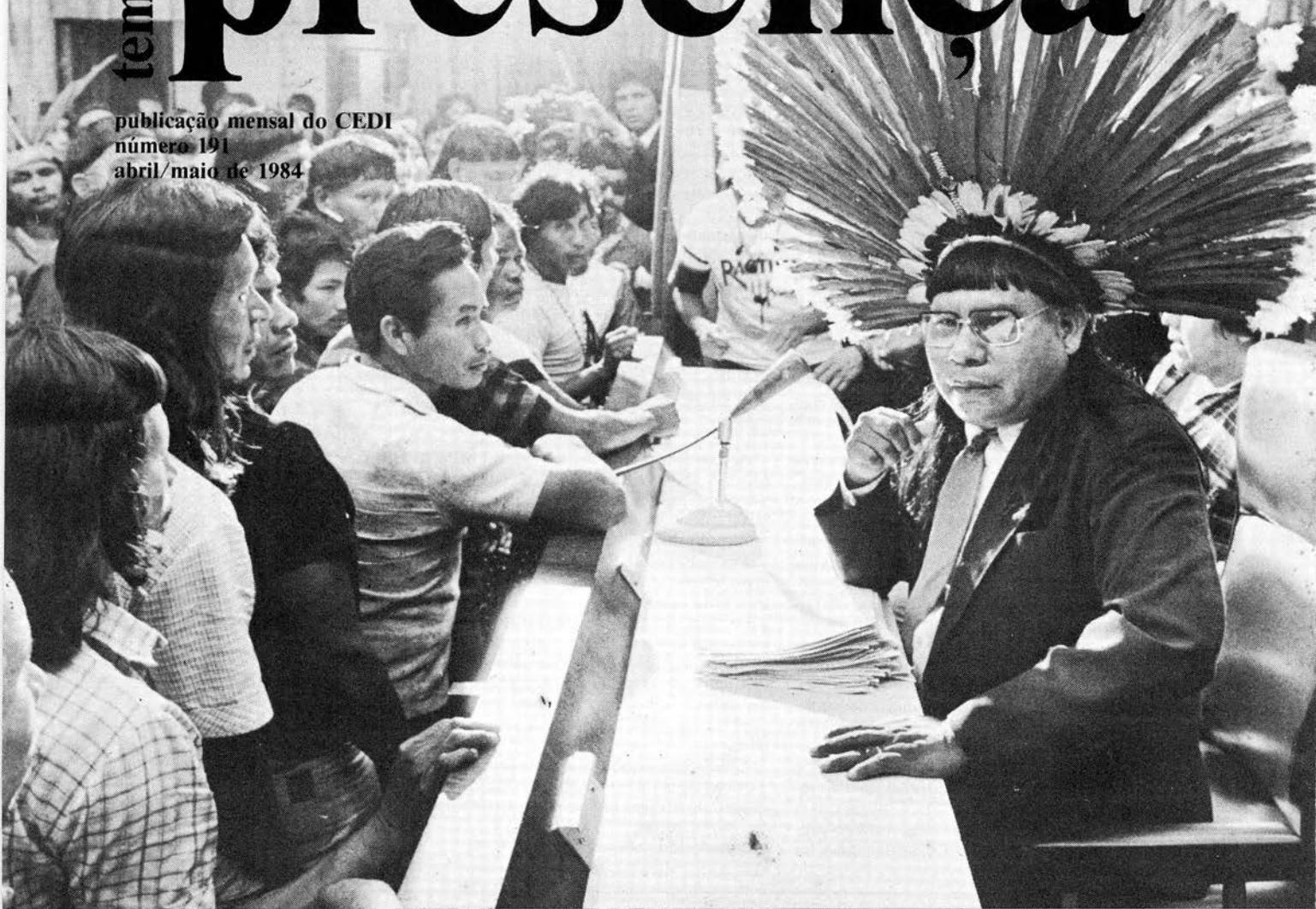


tempo e

presença

publicação mensal do CEDI
número 191
abril/maio de 1984



Encontro nacional da UNI (União das Nações Indígenas) na Câmara Federal em 9/04/84.

Novas Investidas Contra os Direitos Indígenas

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha

Igrejas, Sindicatos, Universidades e as Eleições Diretas

Jether Pereira Ramalho
Oswaldo Martines Bargas
Eder Sader

Os Direitos Humanos na América Latina

Entrevista com Perez Esquivel

1984
CEDI
abril

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

tempo **presença**

publicação mensal do CEDI
número 191
abril/maio de 1984

CARTA AOS LEITORES

São Paulo, 18 de maio de 1984

Prezado(a) leitor(a)

Estamos promovendo uma série de mudanças na revista **TEMPO E PRESENÇA**, das quais gostaríamos que participasse mais proximamente; não só através de uma melhor informação sobre os objetivos dessas modificações, mas também opinando, criticando e propondo.

QUAL O PROJETO EDITORIAL?

Desde o ano passado, reorientamos nossa revista para que se colasse mais ao tempo, quer dizer, estivesse mais voltada para os fatos e acontecimentos da conjuntura, tanto eclesial como sócio-política. Estamos agora avaliando sua adequação e viabilidade. Como revista mensal, oscilamos entre essa cobertura dos fatos e artigos de interesse mais permanente para as igrejas e os movimentos populares.

A opinião de vários colaboradores e leitores tem sido a de que cada número se concentre num determinado tema e, com isso, optemos pela publicação de uma revista dedicada ao tratamento mais aprofundado de assuntos específicos elegidos mensalmente, quer dizer, que voltemos a ser **em parte** uma revista temática. Outros, já tem uma opinião diversa, consideram que a revista tornou-se um veículo importante para a circulação de materiais de trabalho junto às pastorais e movimentos sociais. Entre essas expectativas, sentimos a necessidade de abrir um processo de discussão, debatendo sobre seu projeto editorial, em busca da definição mais adequada. Pensamos promovê-lo em três níveis: no Conselho Editorial do CEDI (v. expediente), entre os membros do CEDI e colaboradores, e com os leitores e assinantes. Pretendemos estendê-lo até o final do segundo semestre deste ano, de modo a iniciarmos o próximo com o projeto fechado e uma nova revista. Tentaremos mantê-lo informado o melhor possível de todas as discussões.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OBJETIVOS

A revista, apesar de ser vendida — Cr\$ 1.200,00 o nº avulso e Cr\$ 10.000,00 a assinatura anual — não cobre o custo de produção, tendo que ser em boa parte subsidiado por verbas do CEDI, que sente dificuldades em continuar a fazê-lo. A aumentar seu preço, estamos preferindo diminuir seu custo sem provocar perda de qualidade e aumentar o número de assinaturas. A forma que estamos encontrando é a de economizarmos no papel e nos recursos gráficos.

Creemos que isso será compensado com sua dinamização e a definição do novo projeto, pois nossos objetivos são os de tornar a revista mais acessível e ampliar sua tiragem. Sobre essas questões gostaríamos de ter também sua opinião e, para tanto, faremos um **questionário** que lhe enviaremos.

OS PRÓXIMOS NÚMEROS

A coordenação da redação da **TEMPO E PRESENÇA** foi transferida do CEDI Rio para o CEDI São Paulo, o que implicou na transferência de suas instalações e arquivos. Mudamos também a editora onde publicávamos a revista. Com o fechamento da Tempo e Presença Editora Ltda., no próximo 30 de maio, e uma tentativa sem resultado na Ágape Editora Ltda., passaremos a publicá-la a partir do próximo número pela **Sagarana Editora Ltda.** Essas mudanças atrapalharam a rotina dos serviços, atrasando o número de abril. Este sairá como um número duplo, abril/maio. Como este ano o CEDI faz dez anos de atividades, faremos um número duplo também em junho/julho, com artigos sobre a entidade.

Esperamos, a partir dessas definições, regularizar a edição da revista, mas, voltamos a insistir, a cristalização do projeto definitivo só se viabilizará com a sua participação.

Agradecidos por sua atenção,
os editores

TRANSUBSTANCIAÇÃO E SUPERSTIÇÃO

Este é um bilhetinho para o Newton Freire Maia, amigo ecumônico, nascido na mesma boa terra, Boa Esperança, Acho, Newton, que você não prestou bem atenção no que eu disse. Eu não declarei "que a visão católica da Eucaristia é uma 'superstição'", como você afirmou. Eu estava, ao contrário, dando-me o direito de fazer uma discreta gozação dos protestantes, que se julgam modernos, e, em nome desta modernidade, jogam a sabedoria de outras eras na cesta de lixo. Se você me conhece bem, você sabe como eu me sinto estranho no mundo moderno. Gosto das coisas antigas, o canto gregoriano, as telas de Hieronymus

Bosch, a teologia de Agostinho. E, se você leu o artigo até o fim, você terá visto que eu tentei mos trar que as palavras, carregadas de poder, realmente "transubstanciam" não só as coisas, mas nós mesmos. Para lhe dizer a verdade, estou grilado com a Igreja Católica, que em nome de uma modernização, tendeu a tornar-se asséptica e cerebral, vazia de mistérios e de milagres. Quando eu disse que nós, protestantes, somos modernos, e que por isto mesmo a transubstanciação não passa de superstição — eu estava era fazendo uma bruta ironia, com os protestantes. E uma notinha a mais sobre sua última observação: a gente só pode se considerar realmente amigo quando a gente se sente livre para falar sobre as nossas diferenças. Quando todo mundo fica pisando em ovos, evitando falar sobre um assunto, caso contrário vai despen-

car o pandemônio, é porque a gente ainda não se considera um ao outro como irmãos. Eu me sinto totalmente à vontade para discordar do Boff, do Azzi, do Libâne — e outros teólogos católicos — justamente porque eu sei que as nossas diferenças em nada ameaçam a nossa ecumenicidade. Eu lhe peço: leia de novo meu artigo. Digo, lá no finzinho: "Assim é o mundo humano, feito com esta mistura mágica de coisas e palavras. Nós também: somos as palavras que foram misturas em noss carne. ... 'No princípio era a palavra...' É ai que começam todas as transsubstâncias: lobos em cordeiros, espadas e arados..." Pois é: escrevi o artigo para fazer os protestantes pensarem de novo sobre a transubstanciação, e você me acusa de anti-ecumônico?... Uma abração mineiro. Até a próxima peixada em Curitiba. Do **Rubem Alves**.

CEDI

Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva, Jether Pereira Ramalho, José Oscar Beozzo, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Editor
Luiz Roncari

Produção Visual e Gráfica
Sergio Alli

Copy Desk
Carlos Cunha

Revisão
Sonali Bertuol

Foto de Capa:
Luiz Antonio, Agência O Globo.

Tempo e Presença Editora Ltda.
Diretor
Domicio P. de Matos

Composição, Fotolito e
Impressão
Cia. Editora Jorêns
Rua Arthur de Azevedo, 1977 -
fone 815-4999

Uma Carta pela Vida

A “Carta do México” — documento que publicamos neste número — enviada pelo CLAI (Conselho Latino-americano de Igrejas) às suas igrejas-membros e, principalmente, ao povo latino-americano, destaca-se por sua atualidade e contundência.

Plenamente consolidado, o CLAI já se impõe hoje entre os evangélicos latino-americanos como um espaço ecumênico respeitável e respeitado, e procura paciente, porém firmemente, ser o porta-voz do eloquente testemunho de fé e entrega sacrificial que igrejas e grupos de cristãos evangélicos procuram dar na longa, árdua e pertinaz luta de diferentes setores do povo latino-americano por encontrar dias melhores de justiça e liberdade para todos.

Coincidemente esta proclamação de princípios evangélicos que quer ser o grito de todos os comprometidos com a causa do Deus da vida em meio as estruturas de morte que vigem em nosso continente, acontece às vésperas das comemorações do cinqücentenário de declaração de Barmem, importante documento de setores da Igreja evangélica alemã de negação das pretensões soteriológicas do Nazismo no momento da irresistível ascensão de Hitler ao poder.

Tanto na confissão de Barmem como na “Carta do México” os cristãos que as produziram apostaram sua confiança irrestrita na proposta de vida proclamada pelo Evangelho em contra a todas as formas de absolutização do poder geradas pelas estruturas idólatras criadas pelos homens. Depois de mais de um século de presença em nosso continente o Protestantismo, através de sua mais recente estrutura ecumênica continental — o CLAI, faz ouvir sua voz de chamamento a todas as suas denominações para um testemunho comum em favor da unidade de todo o povo ao redor da luta pela justiça para todos. Destaca os grandes problemas que ameaçam a paz, que impedem a justiça e tornam aparentemente impossível de realização a vontade de Cristo de que “todos sejam um...”. Ao concentrar sua atenção sobre a América Central e destacar especialmente a luta dos cristãos nicaraguenses, a Carta do México se transforma, para todos os cristãos verdadeiramente engajados na construção do Reino a partir de nossas realidades concretas de América Latina, na “Carta de América Latina” para todos os cristãos do mundo.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação, fez suas essas reconfortantes e corajosas palavras do CLAI e espera ardente mente que essa voz, que quer ser vento do Espírito que fez novos céus e nova terra, seja ouvida como mais um clamor e uma declaração de fé de significativa parcela do povo latino-americano.

- 4 IGREJAS, SINDICATOS, UNIVERSIDADES E AS ELEIÇÕES DIRETAS
*Jether Pereira Ramalho
Oswaldo Martines Bargas
Eder Sader*

- 8 Livros
O LIVRO DA CUT
Luis Roncari

- 9 O MAR DE MARIA...
Rubem Alves

- 10 Entrevista:
PEREZ ESQUIVEL FALA DOS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

- 12 OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS INDÍGENAS
Manuela Ligeti Carneiro da Cunha

- 16 O RACISMO VAI À ESCOLA:
A IMAGEM DOS ÍNDIOS NAS PUBLICAÇÕES DO MEC
André A. Toral

- 17 Documento
CLAI: CARTA DO MÉXICO

- 20 O NOME DA ROSA:
HISTÓRIA E ESTÓRIA
F. Benjamim de Souza Netto

- 24 Um programa do CEDI; esperanças e desafios.
NOVAS FORMAS DE SER IGREJA

- 28 Bíblia Hoje
ONDE ESTÃO OS SINAIOS DOS TEMPOS?
José Bittencourt Filho

Concentração pelas eleições diretas na praça da Sé em São Paulo, em 25/01/84.



Igrejas, Sindicatos, Universidades e as Diretas

A campanha pelas eleições diretas despertou muita gente da letargia apolítica em que estava vivendo. Pessoas que antes pouco se tinham importado com a política - Pelé, Roberto Carlos, o dono do botequim da esquina - de repente se mostram, têm opinião! A imprensa foi atrás, divulgou, era a sociedade se posicionando. Nenhum Maluf qualquer poderia mais dizer que o povo só está preocupado com seu bem-estar e não com a política.

A nós interessou saber como as Igrejas, os sindicatos e as universidades - organismos que há tempo e de formas diferenciadas souberam ligar seus interesses específicos com a política geral do País - vinham reagindo, participando e se colocando com relação à campanha. Como nos seria impossível ouvir os representantes de cada unidade desses organismos, resolvemos pedir a algumas pessoas que estão envolvidas e preocupadas em interpretar como eles reagem diante do movimento pelas diretas, que nos dessem suas opiniões. Um sindicalista, um assessor de pastoral popular e um professor universitário deram aqui suas avaliações.

Podemos dizer que a campanha pelas diretas se tornou numa espécie de espelho em que cada um vê nela o que quer, ou melhor, projeta nele também suas expectativas. O que é bom, pois só isso fará com que o fato não seja o fim de um processo, mas o começo de algo mais profundo.

AS IGREJAS E AS DIRETAS

Jether Pereira Ramalho

"Em todos os recantos da amada Pátria brota um grito, feito de esperança: eleições diretas para Presidente da República! (...) Interesses de Partido, letra da Constituição, tudo deve ser colocado em segundo plano, diante do clamor popular (...). Não se pode, por mais tempo, frustrar a esperança do Povo. (...) O apelo à legitimidade do atual Colégio Eleitoral e à legitimidade da eleição indireta não convence de modo algum ao nosso povo. No atual momento nacional são casuismos orientados para favorecer minorias e impor restrições artificiais que deformam a genuinidade da vontade popular".

Estas incisivas e meridianas declarações foram feitas pelo Bispo Angélico Sândalo Bernardino, da Arquidiocese de São Paulo, e publicada no jornal oficial daquela arquidiocese "O São Paulo" (8/2/84). Muitas afirmações desse teor subscritas pelos mais importantes prelados da Igreja Católica sobre a questão das eleições diretas estão sendo publicadas, constantemente, nos jornais diários de nosso País, atualmente.

Nas Igrejas Evangélicas, com suas diversas denominações, o tema tem sido também alvo de declarações semelhantes. Assim, por exemplo, a Igreja Metodista, pela sua Quarta Região Eclesiástica, assinada pelo Bispo Adriel de Souza Maia (4/2/84) e representando o pensamento do Concílio Regional manifesta sua clara posição a favor:

"I. Das Eleições Diretas para a Presidência da República e para os demais níveis de governo, por representarem um anseio popular, porque 'todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido' e porque de há muito já em seu Credo Social preconiza a necessidade da criação de caminhos adequados de ação política, a fim de que o povo tenha liberdade de escolher seu governo.

II. De um Governo resultante da vontade do povo que emprenda esforços no sentido de reconstruir a nação através do trabalho conjunto, tornando nossa sociedade mais humana, de modo a levar o País à retomada normal de sua história".

Essas manifestações não têm sido feitas apenas em caráter confessional.

Em importante reunião realizada em Taboão da Serra, SP, pelo MOFIC em 10/2/84, representantes de muitas igrejas, com a participação inclusive de D. Paulo Evaristo Arns, assinaram documento público em que afirmam:

"1. A Igreja como instituição não se manifesta de maneira políticopartidária. Apóia, todavia, com ênfase, a legitimidade da caminhada do povo em busca de sua participação mais plena na decisão sobre o seu próprio destino. Sustenta, ainda, a justificativa de que somente esta escolha pelo povo permitirá ao presidente da República o respaldo necessário para as medidas indispensáveis e urgentes que o País requer.

2. Com base na ética cristã, acompanha o repúdio da população à validade do atual Colégio Eleitoral, que não é legítimo nem representativo do povo brasileiro".

E muitas outras atitudes das Igrejas poderiam ser citadas em favor das eleições diretas, oriundas de concílios, comunidades, reuniões ecumênicas, etc., dos mais diversos recantos do Brasil.

Há, entretanto, aspectos importantes a serem ressaltados nessa clara tomada de posição de Igrejas. Isso é resultado, não de situação política conjuntural, mas de princípios mais profundos que estão sendo construídos na caminhada das Igrejas, nos últimos anos no Brasil.

As Igrejas declaram enfaticamente que não se podem omitir a respeito dos problemas sócio-políticos com que se defronta o País, e afetam diretamente ao povo. Suas posições não se podem restringir a princípios gerais, mas têm que acompanhar o povo, nas situações concretas de sua vida. Repelem assim, inicialmente, qualquer insinuação de que esse assunto não lhes diga respeito.

Há, também, tomada de posição categórica de que, quando valores da liberdade e justiça estão em jogo, as Igrejas não devem, nem se podem omitir.

Nos pronunciamentos, há constante valorização da participação popular. Afirma-se que só com a participação plena do povo no processo sócio-econômico ele poderá assumir com dignidade os grandes sacrifícios que lhe estão exigindo no Brasil, atualmente. E

a eleição direta é um importante exercício democrático que garante e estimula a mobilização e a participação popular. Fórmulas de consenso, acordos de cúpula, decisões a nível de grupos fechados, imposições palacianas revelam sempre total exclusão das forças trabalhadoras e do povo nas medidas a serem tomadas.

Tais artimanhas devem ser denunciadas com vigor. Representam desrespeito ao povo, com velhas desculpas de que o momento não é oportuno para manifestações populares, que se cria tumulto ou que o povo ainda não está preparado para votar. As Igrejas não aceitam mais argumentos dessa ordem, elitistas e interesseiros.

Outro fato importante à a visão mais ampla do significado das eleições diretas, que estão presentes nas manifestações eclesiais. Está claro para o povo e para as Igrejas que elas por si sós não significam a superação da atual situação em que vivemos. Reconhecem que eleições diretas-já são, entretanto, importante e imprescindível passo para que reformas básicas possam ser introduzidas em nossa sociedade. As Igrejas afirmam claramente: "A luta aberta e ostensiva em prol das diretas-já, não deve, entretanto, tirar dos olhos do povo a visão clara de que a obtenção deste alvo por si só resolverá os muitos problemas que o afligem, tais como desemprego, violência, seca, corrupção, falta de reforma agrária, etc.. Estes somente poderão ser enfrentados com a cooperação de todos, ajudando os que receberam mandato popular".

A campanha por eleições diretas-já, tem possibilitado às Igrejas se posicionar a favor dos anseios populares e denunciarem o arbitrio, o casuismo e o autoritarismo. Reconhe-se, que essa atitude não representa a totalidade e a unanimidade do posicionamento de todas as Igrejas. Essa, entretanto, é, a manifestação da quase totalidade dos membros e autoridades das diversas Igrejas Cristãs. Sendo autoridades e muitas fontes integrantes de nossa sociedade não poderiam estar ausentes desse amplo movimento que empolga a sociedade brasileira.

Lamenta-se, apenas, que ainda setores de Igrejas e alguns prelados importantes mantenham-se insensíveis ao clamor popular, omitindo-se dessa democrática campanha.

Jether Pereira Ramalho é membro do programa pastoral protestante do CEDI e coordenador da rede latino-americana de CCPD/Conselho Mundial de Igrejas.

OS TRABALHADORES E AS DIRETAS

Oswaldo Martines Bargas

Os trabalhadores através do movimento sindical mais combativo têm sido um dos setores da sociedade que concretamente mais vêm contribuindo para o processo de redemocratização do País.

Em maio de 1978, os trabalhadores da Saab Scania do Brasil S.A., numa atitude de desafio à ditadura militar, cruzaram os braços e exigiram aumentos de salários.

Foi, sem dúvida alguma, a partir daí que a luta pela democracia representada naquele momento especialmente na campanha pela anistia e pelo direito de manifestação pública, ganhou mais força.

Os movimentos populares, sindical e político saíram às ruas levando suas bandeiras, reivindicações e protestos. Hoje, toda a sociedade brasileira está comprometida com a luta pela volta das eleições diretas para a presidência da República.

Alguns setores da sociedade vêm ressaltando nos seus discursos que a grande salvação do Brasil e a solução para a crise está nas eleições diretas; que o Brasil precisa de um administrador com respaldo do povo, entre outros argumentos. Os trabalhadores, através de suas lideranças mais consequentes têm feito um discurso mais cauteloso, dizendo que as eleições diretas são um grande passo para a redemocratização do País, mas que não resolverão os problemas dos trabalhadores, porque elas podem significar apenas uma forma de troca de poder de uma para outra mão. Conforme já ocorreu no passado, a classe trabalhadora já elegeu presidentes pelo voto direto, mas nem por isso, foi alterada a legislação sindical fascista vigente e, por conseguinte, tampouco deixaram de apanhar da polícia quando saíram às ruas para lutar por seus direitos.

Em democracia de patrão o papel dos trabalhadores só é o de produzir, de preferência a um preço bem barato e, se possível, dentro de um espírito de cooperação com o Estado.

Sem dúvida alguma, as reivindicações pelas quais a classe trabalhadora luta hoje contrariam os interesses e privilégios da classe patronal e de muitos setores que estão discursando em favor das diretas.

Uma lição que os trabalhadores devem buscar está na sua própria história. Quando, em 1945, o movimento sindical se uniu com todos os setores sociais na luta pela redemocratização do País, o ditador Getúlio Vargas foi deposto e seguiram-se eleições diretas para presidente da República e constituintes.

O governo saído delas foi um dos governos constitucionais mais repressivos da História do País: interveio em mais de quatrocentos sindicatos; adiou as eleições sindicais por dois anos; congelou os salários durante os três anos; decretou a lei antigreve (decreto 9.070) e cassou o registro do Partido Comunista, que obtivera dez por cento dos votos nas eleições diretas. Por isso, não interessa aos trabalhadores apenas poder votar para presidente. A questão da democracia para a classe trabalhadora atinge aspectos bem mais profundos e que na certa, estão muito longe da classe dominante aceitar como simples direito fundamental que qualquer Estado democrático deve garantir. Por outro lado, a luta pelos objetivos fun-

damentais dos trabalhadores, enquanto classe, não se deve dar de forma isolada do conjunto da sociedade, porque a transformação desta, conforme a História atesta, se dá com seus aliados mesmo que eventuais.

A luta pelas eleições diretas é, sem dúvida, um passo importante para a redemocratização do Brasil. Os trabalhadores, enquanto cidadãos e classe, vêm dando demonstração do seu comprometimento.

Os trabalhadores, através de suas lideranças sindicais e de suas entidades mais representativas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vem alertando que não se devem transmitir ilusões à classe de que as eleições diretas serão a solução de todos os seus problemas. Esta só será encontrada à medida em que, através da luta, a classe trabalhadora amplie seu espaço político, unificando suas forças e exigindo que o avanço democrático esteja comprometido com as reivindicações dos trabalhadores e do seu movimento sindical mais combativo, tais como o fim do arrocho salarial; liberdade e autonomia sindical e o direito irrestrito de greve.

Oswaldo Martines Bargas é diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. É autor de "As lutas operárias e sindicais em São Bernardo (1977-1979)".



Comício pelas eleições diretas na praça da Sé em São Paulo, em 25/01/84.

AS UNIVERSIDADES E AS DIRETAS

Eder Sader

Estamos vivendo um momento extraordinário da nossa História. É difícil prever se vai durar e, sobretudo, se produzirá mudanças significativas ou se esse imenso movimento de opinião pública será neutralizado pelos tradicionais mecanismos da conciliação amortecedora, que atuam em nosso País com notável capacidade de absorção de toda tendência renovadora. Mas já é evidente que a campanha pelas eleições diretas deixou de ser um simples movimento por uma alteração institucional. Através dessa reivindicação singela — “eu quero votar para presidente” — e referida estritamente à institucionalidade política, os indivíduos se assumem como cidadãos que questionam a legitimidade de um regime que eles não sagraram. De repente, todas as nossas teses — abundantemente fundamentadas — acerca da despolitização do povo brasileiro são postas em questão e requerem reparos. Quando uma reivindicação política sintetiza o

enorme e difuso sentimento existente de que é preciso mudar radicalmente “isso que aí está”, e vincula essa mudança ao fim da tutela militar com a “devolução do poder de escolha ao povo”, a politização aparece como desdobramento de lutas e protestos sociais vividos pela população.

É certo que a reivindicação — do modo em que é verbalizada e reproduzida graficamente por todos os cantos do País — carrega todas as ambigüidades do pensamento liberal. Em que consiste o “poder do voto”? Como remeter todos os problemas sociais à eleição direta do presidente? Mas a verdade é que a fórmula da reivindicação hoje fala mais do que seu significado estrito. É através dela que o povo está falando de tudo o que sente e quer. Do desemprego, do sufoco, da violência e da insegurança cotidianas, de humilhações repetidas nas inúmeras filas em que deve mendigar pelo que seriam seus direitos, do salário pouco e da mesa parca e, sobretudo, da vontade irrefreável de que isso termine. “Eu quero votar para presidente” quer dizer que “eu não aceito mais nenhum presidente que não pede minha opinião e que mantém isso que aí está”. É certamente uma projeção desmesurada imaginar que a eleição direta do presidente pode resolver tudo isso. Mas exatamente o fato de que multidões investiram suas esperanças nessa denúncia e nesse caminho lhe dá um poder inimaginável em outro contexto. E é por isso mesmo que o sistema se empenha mais que nada em conter a onda crescente: diretas sim, mas depois, depois. Antes que tudo, desfazer a ameaça.

Mas como isso repercute nas universidades? Nas universidades a situação sempre foi algo diferente. Dificilmente se poderia falar de “despolitização” aí. Ilhas de debate político e bases de agitação democrática, se há crítica a lhes ser dirigida é por emitirem discursos freqüentemente distantes das questões vividas pelas massas da sociedade. Reivindicações políticas que não se encontraram com os movimentos das classes trabalhadores, perderam-se em

combates desiguais e sem serem mesmo entendidas. Ainda assim, a constituição de uma oposição democrática intrágente deve muito à ação de milhares de estudantes e professores nos momentos mais ásperos destes áspersos vinte anos. As passeatas estudantis já em 66, a enorme agitação de 68, os contingentes que se jogaram na oposição frontal e foram derrotados pela sangrenta repressão de 69 a 74, as novas manifestações pelas liberdades democráticas e pela anistia de 76 a 79, os congressos da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, os festivais de protesto mal dissimulado...

Desde então a luta democrática conquistou muitos espaços. E enfrentamos, nas universidades estaduais, a situação paradoxal da existência do mais rançoso autoritarismo persistindo mesmo após a eleição de um governador que expressou uma vontade de mudança democrática da esmagadora maioria da população paulista.

Neste momento, pois, em que a luta contra os mecanismos ditatoriais torna-se um movimento de massas, a mobilização universitária ganha novo alento. Desta vez não são os universitários que se dirigem à sociedade “para despertá-la”. É a movimentação social que estimula uma universidade que parecia cansada de tanta agitação com tão exígues resultados. Não é por acaso que a reivindicação de eleições diretas para reitor e todos os postos de chefia aparece em primeiro plano. É sabido que a democratização universitária vai muito além dessa medida — tocando em questões como as relações professor-aluno nas aulas, a relação com os que batem às portas da universidade, os mecanismos de definição das políticas de ensino e pesquisa — mas essa bandeira tem hoje o condão de sintetizar um sentimento nacional e, assim, o movimento universitário lança suas pontes em direção à sociedade.

Na Universidade do Estado de São Paulo — Unesp —, no momento da escolha do novo reitor, sob pressão incontornável, o Conselho Universitário consentiu na realização de uma eleição que indicaria as preferências de professores, estudantes e funcionários. Poderia assim o vetusto organismo assimilar a vontade da maioria, lubrificando seu autoritário mecanismo de elaboração da lista sextupla. Mas o Conselho mostrou-se insensível à expressão da esmagadora maioria, que indicou o no-



Mauricio Simonetti, Agência F4.

me do prof. William Saad (com 64% dos votos), deixando-o fora de uma lista com nomes que tiveram 1,2% de votos.

Na Universidade de São Paulo — USP a distância entre Reitoria e Conselho Universitário, de um lado, e a população universitária de outro não é menor. Os problemas enfrentados por professores, estudantes e funcionários para manter a vida universitária — desde a falta de prédios e materiais, até inundações que destroem bibliotecas, ou assaltos que levam chumbo radioativo ou vidas humanas — pouca ressonância encontram nas salas onde se negocia o poder dentro da Universidade.

Embora apenas simbólico — ou talvez até mesmo por isso — o episódio da abertura das comemorações do cinquentenário da Instituição, é exemplo eloquente. A Reitoria lembrou-se de convidar para a mesa majestática até o embaixador da Indonésia, no meio de outras excelências, mas não reservou lugar, nem nas simples cadeiras de assistência, para representantes das entidades de professores, de estudantes e de funcionários. Deveríamos ouvir a ministra que em 1968 acobertava aqueles que destruíram o velho prédio da Maria Antônia mas não aqueles que jogaram até a vida para defenderem o que de melhor havia na história dessa

instituição. A irrupção deselegante dos estudantes no salão de cerimônias mostrou que só o desrespeito às normas estabelecidas permite que se escutem vozes contemporâneas nos ritos de celebração, tanto quanto nos ritos de exercício de poder na Universidade.

Eleição direta em todos os níveis. Essa reivindicação básica, que se tornou mote de multidões, deve ser explorada até suas últimas consequências. Esse sopro de democracia pode dar nova vida a uma universidade que anda meio perdida.

Eder Sader é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo

livros livros livros livros livros livros livros

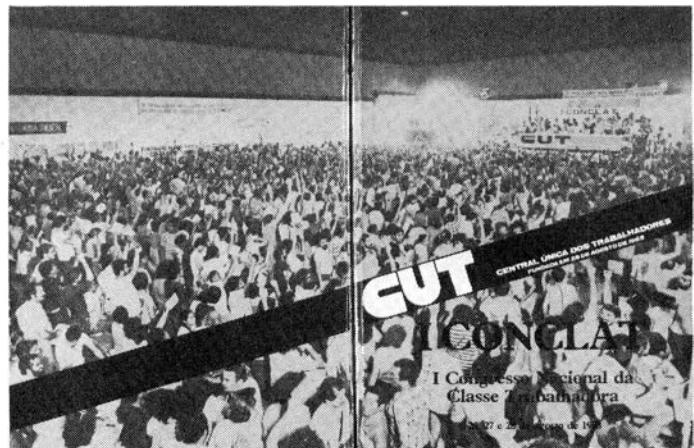
“O Livro da CUT”

Luiz Roncari

Não está em todas as livrarias, a sua distribuição vem sendo feita ainda por alguns sindicatos, entidades de classe e de apoio ao movimento operário, e pelo PT. Já ficou conhecido como “o livro da CUT”, é assim que se referem a ele os interessados. Um livro que traz na capa uma foto que congela o exato momento em que se criava a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O brilho dos refletores que filmavam a votação iluminavam os rostos alegres daquelas lideranças que acabavam de criar sua entidade nacional de luta e representação. O que tem de significativo nessa foto-capta é que seu foco não está na mesa de direção dos trabalhos, mas nos membros do plenário. São seus rostos alegres e os braços levantados indicando disposição de luta e regozijo de vitória que tomam conta da cena, ficando a mesa no fundo, em segundo plano, como se tivesse havido uma inversão de papéis e faces entre direção e massa, e uma se refletisse na outra. As lideranças do plenário aparecem com caras, expressões, são homens com rostos, enquanto que os membros da mesa aparecem apenas com uma massa compacta de homens indistintos, como geralmente aparecem as massas. A cena é cortada por uma faixa vermelha onde está escrito: CUT — Central Única dos Trabalhadores — fundada em 28 de

agosto de 1983.

Não é um livro de exaltação ou interpretação do processo que criou a CUT. É antes um livro de memória, quase um dossiê que arrolla os principais documentos que permitem a reconstituição e futuras interpretações do processo. Segundo seus itens, ele traz um histórico que vem desde as primeiras tentativas do movimento operário brasileiro de criar uma organização nacional, até os principais passos que culminaram no I CONCLAT (Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). Nesse item encontramos uma massa de documentos que revelam os debates e as questões em torno das quais se posicionaram as diversas tendências do movimento sindical. O segundo item, “A Preparação e a Organização do CONCLAT”, é um descriptivo, uma fixação da experiência, dos esforços desenvolvidos, apoios, métodos e dificuldades encontradas para a organização de um congresso desse porte. O terceiro, “A Abertura do CONCLAT”, traz os discursos de abertura das lideranças nacionais e estrangeiras que falaram enfatizando a importância e significado do acontecimento. “Imagens”, quarto item, é um belo ensaio fotográfico sobre o encontro, dando não só o fato, mas também os bastidores. O quinto, “Plano de lutas”, basicamente apresenta e transcreve



o documento aprovado pelo I CONCLAT “cuja perspectiva básica foi de dar uma resposta política à crise, assegurando os interesses fundamentais da classe trabalhadora”. O item sexto, que trata da criação da CUT, tenta levantar os principais debates que se travaram em torno não da sua criação, pois quanto a isto houve unanimidade por parte dos delegados presentes, mas da forma da sua direção. Esse item reproduz também o estatuto votado e aprovado. “A Plenária de Encerramento”, sétimo item, é também uma transcrição dos discursos das lideranças que ressaltaram o fato com seu significado histórico. E o último

item é “A Repercussão na Imprensa” — talvez o nome seja um pouco impróprio, pois não dá tanto como e quanto o fato repercutiu na imprensa, mas apenas as análises e comentários de intelectuais e articulistas sobre o I CONCLAT e a CUT.

O livro está sendo vendido por 2.500,00 cruzeiros. A compra permitirá não só que você tenha esse material fundamental para se conhecer um dos fatos mais importantes do movimento sindical brasileiro, como também proporcionará a arrecadação de fundos que vão reverteer inteiramente em benefício da concretização da CUT.

Rubem Alves

O MAR DE MARIA...

Ah! Não sei como se chamava. Por isto vou batizá-la de Maria.

Maria, tão perto, na palma da minha mão.

Maria, tão longe, mãe de Deus nas alturas.

Maria, nome de toda mulher...

Mas, neste caso, mais Maria,

porque enquanto vivia

via

que para o mar ia.

Mar, mistério, eterna fluidez, os líquens, ir e vir sem fim, poemas de Cecília Meireles, somos criaturas submariñas, nossos olhos olham para cima e só vêm a luz que se fratura através das águas inquietas, T.S. Eliot, canto/enquanto que chama a gota a voltar a ser mar sem fim...

Foi assim.

Maria, um dia, ouviu o chamado do mar. E se foi. Para não mais voltar. E agora, ah!, nada adianta...

Nunca vi Maria. Nem sei como se chamava, nem a cor dos seus cabelos, ou a fundura dos seus olhos, e se ela gostava de pores de sol e de borboletas. Mas, quem é deus para saber o nome dos mistérios?

Estranho que um rosto desconhecido possa atrair.

Para quem pensa que amor é questão de ver, de tocar, de estar ali, isto não faz sentido. Loucura? Talvez eu seja um pouco... Rosto estranho, imenso silêncio, vazio quente, lugar bom para minhas fantasias.

Por isto que amo mistérios que nunca vi, porque já morreram, e outros que também não vi, porque não nasceram. Os precursores, que andaram pela primeira vez pelos caminhos por onde ando, e deixaram suas marcas nas árvores que plantaram e nos poemas que escreveram. Também aqueles que virão depois, e que sem me terem visto, colocarão nas minhas sombras os seus desejos. E por isto me amarão sem o saber.

Houve tempos negros, Maria, em que o seu gesto provocaria tremores em santos e pecadores, e as portas das igrejas e dos túmulos se fechariam em horror. Os vivos continuariam a matá-la, mesmo depois da sua morte. Levou tempo, muito tempo... Mas aprendemos... Aprendemos que nosso tremor/horror era porque o seu gesto morava tão próximo. Gesto seu, mas nosso, terrivelmente nosso. E tínhamos medo do mar em que você se lançara. Demônios ausentes não provocam medo e nem precisam ser exorcizados. É quando o demônio mora em casa e se alimenta de nossa carne que o seu nome não pode ser pronunciado, para que não acorde e não nos devore, inteiros...

Se os homens fechavam os olhos e as mulheres se cala-

vam, era porque reconheciam a fraternidade que os unia a você.

É isto, Maria, você é nossa irmã.

Nós esperamos que o mar nos leve.

Você levou-se até ele...

Maria, seu gesto foi mensagem.

Lembrei-me de Camus. Ele a entendeu, antes que acontecesse. Disse ele que o seu gesto é o único que importa.

A questão é o sentido da vida. Vale a pena? Há um propósito?

Questões que todos colocamos, com medo, e as sufocamos debaixo do trabalho, a caderneta de poupança, a novela. Como você, Maria, todos nos perguntamos, num sussurro.

Mas eu gostaria de ter podido ser seu companheiro. Talvez você tenha mergulhado no mar por não ter podido mergulhar no amor. A imensa solidão dos mundos interiores, os outros tão perto/tão longe, as palavras e o silêncio imenso - a gente olha e vê as máscaras e as pedras.

Mas, Maria, você não precisava ter ido. Era isto que eu queria dizer. O canto das cigarras é belo, as nuvens continuam a dançar, houve crianças que brincaram de "eu sou filha de carpinteiro de marré, marré, marré", nada, nem mesmo os deuses, poderão apagar o fato de que Beethoven escreveu a Nona Sinfonia e o adágio da Sonata ao Luar... Você me perguntaria se isto tem sentido... Eu lhe perguntaria se é preciso. E invocaria palavras de um outro desconhecido a quem amo, Nietzsche: "Por que será necessário olhar primeiro atrás das estrelas para só depois viver a vida?" Não pedir da vida aquilo que ela não pode dar... Queremos que ela nos gere deuses, quando ela só nos pode oferecer filhos pequenos, fracos e mortais.

Não Maria,

"como dois e dois são quatro,
sei que a vida vale a pena..."

Não que eu tenha andado atrás das estrelas. É apenas o conselho da sabedoria de um velho feiticeiro índio, D. Juan. Alguém lhe perguntou que caminho tomar, dentre os muitos... E ele respondeu:

"Não importa. Todos os caminhos conduzem ao mesmo lugar. Escolhe, portanto, o caminho do amor."

Você já chegou a este "mesmo lugar".

Mas o seu grito/silencioso ficou conosco.

E, quem sabe, ele será manso bastante para acolher o nosso próprio desejo de viver...

entrevista

Perez Esquivel fala dos direitos humanos na América Latina

De passagem pelo Brasil, em mais uma de suas viagens para a América Central, o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, na ABI, e manifestou sua preocupação com a crescente escalada militar na América Central, e fez um apelo para que se respeite a autodeterminação dos povos e que se procure uma solução negociada para a região. A seguir, trechos da entrevista.

Tempo e Presença: Porque defende a entrada do Brasil e da Argentina no grupo de Contadora?

Esquivel: Tanto a Argentina como o Brasil teriam que apoiar o grupo Contadora e tentar integrá-lo e ampliá-lo em todos os âmbitos, porque os problemas latino-americanos devem ser resolvidos pelos latino-americanos, sem interferência de nenhum tipo. O problema da América Central não é um problema Leste-Oeste, mas Norte-Sul. É um problema de dominação, de dependência e de invasão de nossos povos. Por isso é importante a presença de países como Brasil e Argentina no Grupo Contadora.

Como o Brasil pode contribuir para resolver os problemas da América Central estando ou não no grupo Contadora?

Creio que o Brasil pode contribuir estando no grupo, abrindo a possibilidade a outros países já que atualmente só são quatro. Penso que a intervenção do Brasil e da Argentina - que está numa democracia incipiente - pode contribuir para evitar o que está acontecendo ou seja, a penetração cada vez maior de tropas estrangeiras em Honduras. Eu estive agora em Honduras e vi como é significativa a presença de

tropas norte-americanas e a grave situação que, a partir de território hondurenho, se está criando com a Nicarágua. Também acontece isto no território costarricense, através de Eden Pastora, com a ajuda da CIA. É notória a presença de norte-americanos assim como de militares argentinos. Então, a atitude, a política exterior tanto do Brasil como de outros países latino-americanos deve ser a de fortalecer a unidade latino-americana. Hoje o resto do Continente depende do que vai acontecer na América Central. Podemos caminhar rapidamente para outro Vietnã.

Seu apoio a Contadora é pessoal ou o Sr. representa oficialmente o grupo?

Serei muito sintético. Não represento nenhum governo, nem mesmo o argentino. Sempre trabalhamos pela solidariedade de nossos povos e, como prêmio Nobel da Paz — que não assumi a título pessoal, mas em nome dos povos da América Latina —, devo-me aos povos latino-americanos. Meu compromisso é junto aos povos latino-americanos e, por isso, devo trabalhar e desenvolver minha ação. É por isso que não viajarei somente pelos países latino-americanos, mas irei também aos EUA e ali farei um chamado ao povo e ao governo para que modifiquem sua política com relação à América Central.

Como está a situação dos índios mosquitos na fronteira entre Honduras e Nicarágua?

Ao chegarmos aos acampamentos de refugiados, soubemos através dos organismos internacionais da ONU, do massacre de duzentos mosquitos na fronteira. Informamos ao governo de Honduras mas não obtivemos resposta alguma, e também informamos ao governo da Nicarágua. Isto motivou uma

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

preocupação internacional muito forte e inclusive a ONU e a OEA pediram relatórios. Toda a informação de que dispúnhamos colocamos à disposição dos organismos internacionais. Até o momento não sabemos como está a investigação destes fatos. Cabe assinalar que o governo da Nicarágua prevê a aprovação de um decreto de anistia para os mosquitos que desejem regressar, mas acabo de saber que o governo de Honduras não permitiu a visita dos bispos moravos aos acampamentos mosquitos de refugiados, inclusive do bispo responsável pela região John Wilson o qual foi quem me acompanhou na minha viagem a essa zona. Tal proibição é muito significativa e preocupante.

Como está o atual momento político na Argentina?

A situação argentina é, no momento, bastante complexa. Já disse que estamos num processo de ir afirmado a democracia. Deve-se levar em conta que o governo radical de Alfonsín recebe um país totalmente destruído e com um grave problema, o mais sério, que é a situação dos Direitos Humanos. Além disso, uma situação econômica com uma dívida externa muito grande, o aparelho produtivo do país destruído, um elevado índice de desemprego, sem esquecer a situação educacional, o recrudescimento, nestes anos, de doenças que a Argentina tinha superado como, a tuberculose, o mal de Chagas e as doenças sociais, como as venéreas. Então, reordenar o país vai levar tempo. Por isso digo que estamos num processo de ir afirmado a democracia. A democracia vamos ter que conquistá-la. O aparelho repressivo continua intato. Como vocês provavelmente já sabem, o governo Alfonsín criou uma comissão de notáveis, pessoas representativas, para investigar a

situação de violação dos direitos humanos. Eu fui convidado mas não aceitei porque lamentavelmente as atuações judiciais serão ante tribunais militares e eu não concordo. Os tribunais militares não oferecem garantias. Por outro lado, trabalha-se em diferentes níveis: há situações trágicas, tivemos uma coletiva à imprensa lá também com as avós da "Plaza de Mayo" onde se denunciou o aparecimento de uma criança morta que tinha sido sequestrada e desaparecera; ou seja, nos encontramos perante a situação de que todos os dias se encontram túmulos com desaparecidos assassinados. Aqui desejo remarcar algo que já disse à imprensa argentina, e que não foi publicado, sobre este problema dos desaparecidos: estamos frente a um genocídio. Até agora nenhum desaparecido foi encontrado vivo, e o genocídio não é só crime contra o povo argentino, é um crime contra a humanidade que não prescreve no tempo, sob nenhum governo, e seus responsáveis não podem receber asilo político de nenhum país, pois eles não são refugiados políticos, são assassinos responsáveis por um genocídio contra o povo argentino e contra o mundo. É esta, então, a situação que deve ser colocada em profundidade. Deve-se trabalhar para que isto não mais aconteça nem na Argentina, nem na América Latina, nem no mundo. Neste momento as organizações de direitos humanos têm diferenças com o governo sobre o mundo como se está trabalhando o problema dos direitos humanos. Mas pensamos, por outro lado, que devemos ajudar a consolidar o processo democrático colocando-nos numa posição crítica, porém construtiva. Sómente haverá paz na Argentina através da verdade e da justiça, através do respeito total dos direitos do povo e do julgamento dos responsáveis. Isto não é vingança, não é revanchismo, isto é o direito de um povo de viver em liberdade e democracia, é o direito que o povo tem de ver sua dignidade respeitada.

E a Igreja Católica argentina?

A Igreja Católica argentina é muito ambígua. Alguns bispos foram muito claros e comprometidos sempre, assim como religiosos e pessoas de base, mas não é suficiente elaborar documentos... Poderiam ter-se evitado muitos males na Argentina se a Igreja tivesse estado unida e tivesse dito "isto não". Lamentavelmente não aconteceu. Foram vozes isoladas que se levantaram, e são elas as que estão resgatando o sentido da Igreja. Creio que a



bonsiferas

Igreja deve fazer um trabalho de revisão, assim como deve assumir suas próprias faltas.

E sobre eleições diretas e livres em Cuba e na América Latina? E a participação democrática?

Acho que devemos entender o que significam os processos democráticos. Muitas vezes democracia não é só votar, um voto não significa democracia. Democracia significa participação do povo na educação, na saúde, na vida, resolver seus problemas, significa saber o que seus governantes fazem. Porque muitas vezes nos vendem uma democracia formal, restringida, condicionada, onde nada muda. Democracia para mim é participação do povo em todos os níveis. Por isso eu acredito que o tipo de democracia que nos querem impor não é o que o povo quer. Os povos devem ser consultados sobre que tipo de governo querem, como querem viver, como querem participar, como querem ser donos de seus destinos. Então, creio que devemos revalorizar o

conteúdo das palavras e das coisas porque foram totalmente desvirtuados.

O senhor poderia dizer alguma coisa sobre o Uruguai?

Nós temos reclamado. Vocês sabem que o serviço que eu represento, Paz e Justiça, foi proibido no Uruguai e que eu fui declarado persona non grata tendo sido expulso do país. Há três países casualmente que não me permitem entrar: Chile, Uruguai e Paraguai. As conclusões deixo que vocês tirem. Com o General Liber Seregni, estamos trabalhando em todos os níveis internacionais para sua libertação. E sua libertação será o triunfo do povo uruguai e da solidariedade internacional. Essa solidariedade internacional nos tem ajudado muito a nós, argentinos, para alcançar este processo de democratização e esperamos que todos os presos políticos no Uruguai recobrem a liberdade, não somente o general Seregni ou Massera porque são figuras mais conhecidas, mas todos os presos políticos.

Ofensivas Contra os Direitos Indígenas

Manuela Ligeti
Carneiro da Cunha

Mesmo morrendo, ainda o bicho faz estragos.
Este Estado esgotado que já sente a profundidade do corte que retira sua seiva de vida, insiste ainda agir, como se tivesse razão e controle dos seus atos. Quanto mais a sociedade aprofunda o corte isolando o tumor do corpo, mais ele vive a ilusão de que seus atos têm sentido. É só assim que entendemos o projeto do “Novo Código Civil Brasileiro”, em tramitação no Congresso, que, segundo os termos do “release” expedido pela UNI (União das Nações Indígenas), “executa verdadeira

pirueta jurídica, nos involuindo, a nós Povos Indígenas, de uma condição de ‘relativamente capazes’ para a condição de ‘absolutamente incapazes’”.

Foi contra essa investida de um Estado em estertor que a UNI promoveu um encontro de mais de trezentos índios de todo o País, nos dias 2, 3, 4 e 5 de abril, em Brasília.

Neste artigo da antropóloga Manuela Ligeti Carneiro da Cunha, podemos ver que não se trata de apenas uma, mas várias investidas legislativas contra os direitos indígenas.

O que mudou, em 1983, no campo da legislação indigenista? Tradicionalmente, a iniciativa nesse campo sempre foi do Executivo. O Legislativo mantinha-se, quando queria fazer valer direitos indígenas, em posição defensiva. Solicitava explicações de Ministros, instaurava Comissões Parlamentares de Inquérito, como a de 1977, cujas conclusões foram aprovadas em 1978, e tiveram uma seqüência na CPI da Terra, de 1979.

COM JURUNA, LEGISLATIVO RETOMA INICIATIVAS

Em 1983, a presença - e o alcance nacional desta presença - do deputado o xavante Mário Juruna (PDT-RJ) foi o detonador de uma retomada de iniciativa do Legislativo. Juruna conseguiu fazer aprovar duas medidas essenciais em menos de um ano. A primeira é a criação da Comissão Parlamentar Permanente do Índio (Resolução 15/83) à qual, a partir de agora, deverão ser submetidos os projetos legislativos que possam afetar os indígenas. Anteriormente, existia apenas - criada em 1980 por impulso da CPI-SP, e liderada pelo deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) — uma Subcomissão Parlamentar da Comissão do Interior, com o mesmo intuito. Mas percebe-se uma diferença considerável de escola e de repercussão entre esta Subcomissão e a recém-criada Comissão Permanente. Por outro lado, cientes da importância da Comissão Parlamentar do Índio, deputados que defendem abertamente interesses contrários aos dos índios, to-

maram boa parte do espaço criado. Basta observar que os dois projetos de lei, ora em tramitação, mais lesivos aos direitos indígenas são de autoria de dois membros da Comissão Parlamentar do Índio, ambos deputados por Roraima, J.B. Fagundes (PDS), e M. Caivalcanti (PDS).

O segundo projeto do Deputado Mário Juruna, já aprovado na Câmara dos Deputados (lei 661-AD-83), e que deve ser submetido ao Senado, modifica o Estatuto da FUNAI de forma e assegurar mais vigilância no desempenho das funções dessa Fundação. Cria assim um Conselho Diretor para a administração da FUNAI, composta por pessoas apontadas por comunidades indígenas, e cria conselhos indígenas eleitos pelas lideranças indígenas regionais para a fiscalização das Delegacias Regionais da FUNAI. Este projeto passou na Câmara sem uma emenda importante proposta pela Comissão do Interior, que pleiteava a ligação da FUNAI à Presidência da República, desvinculando-a do Ministério do Interior. Se aceita, essa emenda talvez lançasse as bases de uma política indigenista menos dependente de programas desenvolvimentistas.

Seja como for, o projeto aprovado por enquanto só na Câmara, é revolucionário. Sabe-se que a FUNAI não presta contas de seus atos e de suas missões, já que a tutela dos índios é uma tutela sem curador. Ela passará agora a prestar contas aos índios. A preocupação de exigir contas da FUNAI está aliás no ar: recentemente um

substitutivo (2634-A) proposto pelo deputado Gerônimo Santana, de Rondônia, e rejeitado no primeiro semestre de 1983, precisa sanções penais para dirigentes e funcionários da FUNAI, omisso ou culpados de infrações ao Estatuto do Índio.

OFENSIVA DO EXECUTIVO: PRIMEIRO AS TERRAS

A retomada da iniciativa do Legislativo e a crescente visibilidade das reivindicações indígenas suscitaram uma resposta rápida do Executivo que, tanto por decretos quanto por iniciativas apresentadas ao Congresso, lançou uma ofensiva legal contra os índios.

Houve primeiro o decreto presidencial 88.118 de 23 de fevereiro de 1983, regulamentado pela Portaria 002 de 17 de Março de 1983, que, a pretexto de disciplinar um processo de demarcação das terras indígenas, que já anda pelos cinco anos de atraso sobre o prazo legal que tinha para estar incluído, transfere o parecer conclusivo sobre a definição das áreas da FUNAI para um grupo de trabalho composto de representantes do MINTER, MEAP, FUNAI e “outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes”. Isto é a tentativa de legalizar a prática de prevalecerem sobre os direitos dos índios, assegurados na Constituição e no Estatuto do Índio, os mais diversos arranjos. O decreto manda levar em conta a presença de não índios na área proposta inicialmente, bem como a existência de benfeitorias, povoados ou projetos



Encontro nacional da UNI na Câmara Federal em 9/04/84.

oficiais. Ou seja: reconhece as invasões, inclusive oficiais, e procura legalizá-las: isto quando o artigo 198 da Constituição é inequívoco, afirmando que as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis e não são válidos nem indenizáveis quaisquer títulos sobre elas. Em vista disso, a OAB-RJ está preparamo uma representação de inconstitucionalidade deste decreto.

MINERAÇÃO MECANIZADA COM PAPEL PASSADO

O segundo decreto presidencial (88.985 de 10 de novembro de 1983) vem regulamentar a mineração mecanizada em área indígena. Trata-se de abuso já antigo. Apesar do artigo 198 da Constituição reservar aos índios o usufruto exclusivo das riquezas naturais, e apesar de constitucionalistas serem tentativas de que essas riquezas naturais incluem o subsolo, o Estatuto do Índio (art. 44 e 45) abre a possibilidade dessa mineração, que é distinta do garimpo que compete unicamente aos índios. Mas o Estatuto no entanto exige, no seu artigo 20, que a intervenção para minerar em área indígena só se dê sob duas condições preliminares:

a) desde que as riquezas do subsolo sejam de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional.

b) desde que não haja solução alternativa.

Ora, no decreto, nenhum desses dois pressupostos é demonstrado. As terras indígenas, longe de serem a última alternativa, são consideradas visivelmen-

te como aquela em que é mais fácil intervir.

Assinale-se também que, enquanto há três anos uma portaria interministerial (006 de 15 de janeiro de 1981) restringia as concessões de Lavra a empresas estatais, a nível federal, o novo decreto presidencial abre a possibilidade de "excepcionalmente" estendê-las a empresas particulares. Sabe-se que, no dia do decreto, já havia dezenas de pedidos de Lavra prontos, requeridos por grupos empresariais.

Ainda na esfera do Executivo, instarou-se um procedimento inusitado de consequências ainda imprevisíveis: uma exposição de motivos que normalmente justifica um decreto ou um projeto de lei, foi assinado pelo presidente da República (a 20/9/83) com o efeito prático de uma portaria administrativa, mas com peso evidentemente maior. Trata-se da E.M.055 de 1/8/1983 apresentada pelos ministros da Justiça, do Interior e de Assuntos Fundiários. Enquanto Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, o ministro de Assuntos Fundiários assinou tal portaria.

RESERVAS ABERTAS À PM

Na verdade, após uma introdução imprecisa e até equivocada sobre a história da legislação indigenista e sobre a extensão da tutela específica que o Estado exerce sobre os índios, o documento desemboca em "linhas de ação" que nenhum nexo aparente têm com o seu preâmbulo: autoriza a Polícia Mili-

tar a intervir em áreas indígenas em quaisquer situações de conflito ou de tensão, prevendo uma intervenção não só por solicitação da FUNAI, mas também de "particulares interessados" e de iniciativas próprias! É uma medida que contraria o artigo 34 do Estatuto Do Índio que dá competência à Polícia Federal e às Forças Armadas e Auxiliares para assegurar a proteção das terras indígenas. Para tentar justificar essa medida que abre as áreas indígenas à ação da PM, ligada, como todos sabem, ao poder local, e dependentes das Secretarias de Segurança Pública estaduais, a E.M. 055 traça uma distinção fictícia entre crimes contra o patrimônio e vida dos índios, que reconhecem ser de competência da Polícia Federal, e conflitos "em áreas adjacentes às áreas indígenas" ou proveniente de "invasões de índios em propriedades públicas ou privadas". Essa distinção não existe; em todos os casos trata-se de litígios em torno de terras indígenas. Nessa retórica se estão transformando, aos poucos, os índios em invasores de suas próprias terras! Os destinatários imediatos dessas inovações foram um grupo de Pataxó Ha-hã-hãe, no sul da Bahia, entricheirados em uma parcela da reserva de 36.000 ha. demarcada para eles em 1936 e ameaçados pelos cauicultores da região que se dizem donos da área.

"ABSOLUTAMENTE INCAPAZES"???

Uma das iniciativas que maior preocupação tem causado é o projeto de

Código Civil enviado ao Congresso e que deve ser votado na Câmara dos Deputados em abril. Neste projeto, o artigo 3.º prevê a inclusão dos índios entre os absolutamente incapazes, juntamente com os dementes e as crianças. Isto significa que em vez de assistir os índios em certos atos da vida civil, para que não saiam lesados, o órgão tutor passaria a se substituir a eles. Seria a consagração na lei do que vinha sendo feito na prática pela FUNAI, mas que recentemente havia sido duramente contestada pelos índios. Um exemplo importante: recentemente se percebeu na lei a possibilidade das comunicações indígenas entrarem em prejuízo de iniciativa própria, para reivindicarem seus direitos, constituindo advogados. Essa alternativa às omissões da FUNAI seria vedada se fosse aprovado o artigo 3.º Código Civil. Este é claramente uma resposta à crescente mobilização indígena.

A reação a esse projeto de lei foi muito prejudicada por ter passado despercebida, até novembro, a inclusão dos índios entre os absolutamente incapazes. A essas alturas já estava encerrado o prazo regimental para apresentação das emendas. Não está excluída a hipótese de uma malícia do Ministério da Justiça, pois se passa desapercebido o dispositivo é que o projeto inicial, de autoria do Prof. Miguel Reale, amplamente distribuído, não continha essa disposição. Nele, os índios continuavam como no Código Civil, em vigência desde 1917, relativamente capazes. Outros projetos tramitam no Congresso, uns francamente lesivos aos direitos indígenas, outros favoráveis a eles, com possibilidades variadas de serem aprovados.

ALGUNS A FAVOR

Dentre os favoráveis aos direitos dos índios, o mais importante é sem dúvida o projeto do deputado Dante de Oliveira (projeto lei 2.771 de 1983) que proíbe a execução de quaisquer obras públicas em áreas reputadas terras indígenas sem a aprovação do Congresso Nacional. Trata-se de uma alteração salutar do artigo 20 do Estatuto do Índio que, como vimos acima, é usado como uma brecha para intervenção em área indígena sem que se cumpra jamais a cláusula de não existir solução alternativa. Se aprovado, espera-se trazer para o debate nacional o que até hoje sempre foi decidido a portas fechadas, a invasão oficial das terras indígenas,

cortadas por estradas, inundadas por hidroelétricas, abertas à mineração.

TOTALMENTE CONTRA

Um projeto do deputado Mário Frota (PL. 4.349-A de 1981) propõe que se declarem reservas indígenas as reservas florestais contíguas às áreas indígenas, e assegurando a participação do índio na fiscalização dessas reservas. Este projeto tem poucas probabilidades de ser aprovado e já recebeu parecer contrário da Comissão do Interior.

Tramita também o P.L. 1.774/83 do deputado Mário de Athaíde, que criará um Ministério da Amazônia, sendo porém pouco explícito sobre as relações desse Ministério com a FUNAI. Dado o seu teor agressivamente desenvolvimentista, não deverá pronunciar boa coisa para os índios.

Francamente anti-indígenas são os

Desenho Yanomami
(reproduzido da cartilha "Nosso Chão",
da UNI-Regional Sul).



projetos de lei de dois deputados pelo PDS de Roraima. João Batista Fagundes propõe (P.L. 2.465/83) a emancipação de índios mesmo à revelia dos interessados. Satisfeitos requisitos do Código Civil inaplicáveis aos índios, tais como, pelo Estatuto do Índio (lei 6.001 de 19/12/1973), a iniciativa de pedir emancipação sempre deverá partir dos índios e deverá ser decidida judicialmente. O projeto transferia essa decisão para a área puramente administrativa. O projeto do deputado Mozarildo Cavalcanti (R.L. 1.179/83) é complementar do precedente: propõe a abertura do garimpo na área Yanomami de Surucucus, mediante convênio com uma companhia mineradora roraimense, a CODESAIMA, opondo-se assim à Portaria Interministerial de 81 a que me referi, e já caduca, que reservava a mineração a empresas federais. O nexo entre estas duas propostas são

os recursos minerais de Roraima: o deputado J.B. Fagundes, autor do projeto de emancipação compulsória, declarou no Congresso que “se considerarmos que as reservas minerais já existiam muito antes das reservas indígenas, chegaremos à triste conclusão de que as reservas indígenas foram colocadas em cima das grandes jazidas minerais, não para proteger o direito do índio, mas para esconder o direito de o Brasil tomar posse de sua riqueza mineral” (SIC-Diário do Congresso Nacional, Seção I, 22/10/1983, p. 11.404). A idéia extravagante de que se assentam os índios em áreas essenciais “para tolher a viabilidade econômica de Roraima”, a condenação da FUNAI que entraria em desenvolvimento foram reiteradamente enunciadas na Câmara pelos dois deputados roraimenses e pelo deputado Paulo Guerra (PDS - Amapá/-ibidem).

PELOS POSSEIROS, CONTRA OS ÍNDIOS?

O último projeto em tramitação que mencionarei é de autoria do deputado Sérgio Cruz, do Mato Grosso do Sul (P.L. 691/1983): condiciona a homologação da demarcação das terras indígenas ao reassentamento dos posseiros, que foram desalojados das áreas. Embora seja justíssima a preocupação com o destino dos posseiros, escorraçados de um lado para outro e muitas vezes lançados nas áreas indígenas pela pressão dos fazendeiros, o que não é justo é que seja às custas dos direitos indígenas que se procure solucionar esse problema social. Não é nem justo, nem constitucional que se retarde, por qualquer motivo, a demarcação das terras indígenas. O problema indígena tem muito em comum com o problema dos posseiros: é a luta dos que vão sen-

do despossuídos. Não se deve lançá-los uns contra os outros e sim exigir do Estado uma solução para ambos. Se aprovado o projeto, ficaria para as calendas gregas a demarcação da grande maioria das terras indígenas.

ENTRE OS REJEITADOS, UM PERIGOSO

Dentre os projetos submetidos à Câmara dos Deputados no ano de 1983, e que não obtiveram aprovação, um merece comentários especiais: após ter sido rejeitado pelo Senado em 80, foi rejeitado também pela Câmara em 1983 o capcioso projeto do Senador Amaral Furlan (146/79 do Senado, 26 34/80 na Câmara) que, segundo o relator da Comissão do Interior, é “conhecidamente vinculado aos grupos latifundiários paulistas atuando na Amazônia”. O projeto propunha se discriminarem as áreas de posse imemorial indígena daquelas em que se teriam estabelecido reservas, declarando estas de utilidade pública para desapropriação pela União. Como bem foi assinalado pelo relator da Comissão do Interior, “o objetivo do projeto é permitir aos fazendeiros, que ocupam áreas indígenas por invasão ou por corrupção através dos organismos de terras estaduais, serem indenizados mediante acordos administrativos de suas fazendas quando os índios já espoliados reclamarem... é, até certo ponto, um prêmio e um incentivo às invasões de áreas indígenas”. A intenção tanto é mais patente que o mesmo senador Amaral Furlan havia apresentado em 79 outro projeto (335/79), felizmente arquivado, que previa indenizações a particulares estabelecidos no Parque Indígena do Xingu. Na mesma época tramitava na Justiça uma ação de fazendeiros contra a FUNAI com o mesmo intuito, alegando que, por terem os irmãos Villas Boas levado para o PIX comunidades indígenas estranhas à área, as áreas ocupadas por esses grupos do PIX não seriam aquelas de posse imemorial, para as quais não cabe indenização, mas sim áreas reservadas, distintas das primeiras e sobretudo indenizáveis. Lamentavelmente, o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos fazendeiros, mostrando um entendimento estreito do que sejam áreas ocupadas pelos índios.



O RACISMO VAI À ESCOLA: A IMAGEM DOS ÍNDIOS NAS PUBLICAÇÕES DO MEC

André A. Toral

"O máximo ocorre entre os Magironas (...), habitantes de algumas regiões do Peru. Trata-se de raça quase inteiramente extinta, o que é um sossego, como se verá. Porque parece que lá ninguém tem garantia de nada. É comer ou ser comido. Comem os inimigos abatidos, os velhos e as velhas, os pais comem os filhos e estes não ficam atrás, pois quando há brecha comem os pais. Quem tiver boca vai comendo a vizinhança, até encontrar o seu".

O trecho acima citado faz parte de um texto intitulado "Coisas de Índio" incluído no livro "Experiência em Comunicação e Expressão", material didático para a quarta série do primeiro grau do Ministério de Educação e Cultura e coeditado pela Fundação Nacional de Material Escolar. A autoria do livro é de Maria Angela Tinoco Rios e o texto é de Wolney Botelho. O trecho que reproduzimos é uma das mais ameas e publicáveis das muitas "estórias verídicas" imputadas aos índios sul-americanos. O texto descreve com detalhes picantes as muitas maneiras através das quais os índios conseguem reduzir a cabeça de um inimigo morto até deixá-la do tamanho de uma laranja, de como sepultam vivos, "em pé", os doentes e velhos até que morram de fome, de como outras tribos "costumam assar e comer crianças" e de como seus pedaços são divididos entre seus próprios parentes que os comem "gulosamente", de como outras tribos engordam os velhos para comê-los em dias de festa e assim por diante.

Depois deste desfilar de práticas macabras e sanguinárias o autor conclui, como última frase do texto: "Qual, este negócio de ser índio, francamente..." Mostrando os índios da maneira como foram descritos que, estando na quarta série, não concluiria o mesmo? E mais: depois de encher a cabeça do desavisado leitor com todos esses fatos chocantes, chega a hora do leitor fazer os exercícios de compreensão do texto. Vamos reproduzir algumas das perguntas:

"Que sentimentos deduzimos através de atos indígenas, das várias tribos?" (segue-se espaço para as impressões do leitor) O leitor, é induzido de tal maneira que só poderá responder: "depois de tudo o que vi só posso deduzir que os índios não têm sentimentos, ou se os têm, eles não têm nada a ver com os nossos valores, os da nossa sociedade. Estes, sim, são os bons sentimentos: o respeito aos mais velhos, o respeito à vida, e o temor da autoridade que regula a anarquia primitiva da qual os índios ainda não se libertaram. Os índios são talvez como nós seríamos se não tivéssemos um governo forte, que toma as decisões e que até (e este é o argumento autoritário embutido) escolhe nossos governantes a salvo da brutalidade e do individualismo primitivo, onde os mais fortes comem os mais fracos etc., etc..."

Depois do impacto inicial que a leitura produz a gente fica-se perguntando por que um texto, intitulado "Coisas de Índio", de menos de uma página, se limita a apresentar os índios, e a sua cultura, dessa maneira? Que tipo de visão do índio tem seu autor e a que interesse ela serve?

O que se pretende com a inclusão desse texto no livro é introduzir os jovens leitores, a que se destina, à cultura e ao modo de ser dos índios. Estes são

dados por uma série de exemplos das atividades produzidas pela cultura indígena. E quais são as atividades prescritas pela "cultura indígena"? São diferentes maneiras de matar, escalarpelar, trucidar, enterrar vivos e devorar seus companheiros, pais, irmãos e avós. A "cultura indígena" assim caracterizada aparece como uma série duvidosa de valores onde impera a lei do mais forte, da sobrevivência a qualquer custo. Uma tal "cultura", que, se fosse verdadeira, por si só já seria suficiente para impedir o surgimento de qualquer sociedade, produz valores frontalmente opostos aos nossos e aos de toda a humanidade civilizada de tal forma que a única atitude digna a se tomar diante dela e dos pobres coitados que vivem sob sua tirania seria a de os libertarmos dessa condição sub-humana. "Salvar" esses filhos do medo, das superstições e do erro, tirá-los de suas florestas e mostrar-lhes caminhos que conduzem à nossa civilização seria a missão seguinte. Temos assim que a "cultura indígena" aparece como entrave à plena realização do indivíduo como homem. Com efeito, o que fica indicado é que ela o coloca próximo aos animais e mesmo abaixo deles, porque nem eles comem seus semelhantes da maneira como os índios indicados no texto o fazem.

Depois de isolar a cultura indígena das demais culturas, o trabalho ideológico fica mais fácil. Uma vez que é a cultura que nos distingue dos animais, aqueles que não a possuem certamente não estão muito longe deles. O modo de vida tradicional dos índios, que exige a conservação das suas terras para uma ocupação de acordo com seus costumes parece ser uma exigência insuportável para os civilizados que vieram salvá-los. Como a conservação da terra se liga à conservação da cultura indígena pra que tanta terra para uma "cultura" que "não vale a pena"? Fica sugerido que a realização dos índios como "homens" se dará concomitantemente à expropriação de suas terras e de seu modo de ser. Vistos dessa maneira os índios não passariam de "acul-



Um amigo desta cidade forneceu-me algumas estórias de índios. Sim, índios. Casos que recebeu em terras de Frutal, com ares de verídicos, e assim os aceitou, e assim os transmitiu, vede que curiosos! Pois os Ungónios ou Gingonos, que habitavam largando do Rio Negro, puderam vivos ou mortos, que haviam de velhos e novos, com o resto de todos os amigos de frime. Depois de algum tempo, completam a cerimônia do entero. Esta bom? Outros, os Humbisa, do alto Amazonas, secam e diminuem a cabeça do prisioneiro morto, até reduzi-la à quinta parte do seu tamanho tirando pela nuca, com extrema habilidade tudo que existe dentro, todos os ossos, por pequenos pedaços, tendo o cuidado de em nada alterar a pele do rosto ou o couro cabeludo. Em seguida enchem a dita caixa com pequenas brasas, sacodem-na violentamente, e quando a fogo, rasparam o caroço, queimam a pele, a passam a extremo. Quando o tecido da cara e da cabeça amolece, introduzem o sumo de uma coisa chamada mangaratiba, que produz o mesmo efeito de outra coisa chamada alumini. Isto é, faz encolher e secar. E a operação está terminada.

turados exóticos" (como o definiu o ministro da Aeronáutica, Délia Jardim de Mattos), que vivenciavam valores anti-sociais na sua cultura original e que, com o contato, como que passaram uma borracha nela, vestiram calção, mas não chegaram a compreender nem a "integrar-se" totalmente à cultura brasileira. Coitados, ficaram no meio do caminho... Mas isso não é tudo. Além de não "merecerem" suas terras originais eles não devem ser levados muito a sério como homens. Não possuem condições para se autodirigirem e nem para se autorepresentarem. Os civilizados da FUNAI, sob as ordens do ministro Andreazza, é que teriam condições para pegar a mão do índio e conduzi-lo à salvação... Nada de Mário Juruna nem de outros líderes indígenas que lutam pela autodeterminação desses povos.

Na verdade, é difícil acreditar que a escolha do texto se deva a um "cochilo" da autora. Não, ele é fruto do momento político do país, onde minorias nacionais (os índios) lutam para conservar sua língua, sua cultura, sua terra e suas vidas. A questão que se coloca é como pensarmos o lugar destas minorias no Brasil de hoje e de amanhã sabendo, de antemão, que a história nos ensina, que os índios, com o tempo, ao invés de "embranquecerem" estão ficando cada vez mais índios (do ponto de vista cultural) e cada vez mais numerosos. As muitas práticas e costumes dos índios não são produto da credoce, da superstição e do erro. A antropologia nos ensina que o pressuposto ao respeito que devemos a todas as manifestações culturais de outras sociedades ("primitivas" ou modernas) é o de que traduzem necessidades, modos de agir e pensar sobre o mundo que são fundamentalmente humanas.

NOTA DA REDAÇÃO

A inclusão desse texto no material didático do MEC foi denunciada no Segundo Encontro de Educação Indígena, realizado em Fátima de São Lourenço (MT) e que reuniu as seguintes instituições: (Operação Anchieta; Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário e regionais do Amazonas, Acre e do Mato Grosso; Centro de Documentação Terra e Índio; CEDI; Associação das Escolas Católicas e missionários da Equipe Kulina (do Acre), da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.) Os participantes do encontro resolveram encaminhar cartas a diversas entidades, a começar pelo próprio MEC, no sentido de se denunciar e tentar fazer com que a literatura didática veicule a face autêntica dos povos indígenas.

André A. Toral faz mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional (UFRJ) e é o editor do Aconteceu semanal.

documento

CLAI:

Carta do México

**A Junta Diretiva do CLAI
(Conselho Latino-Americano de Igrejas), organismo que reúne mais de cem Igrejas Evangélicas da América Latina, reuniu-se na cidade do México de 13 a 16 de março, de onde tirou este documento que ficou conhecido como a CARTA DO MÉXICO. Publicamos o texto na íntegra por causa da franqueza com que se situa diante dos problemas políticos e sociais dos povos latino-americanos, e da vontade de encontrar sua identidade junto aos povos deste Continente.**

Ao povo latino-americano:

A busca da unidade cristã em nosso continente já tem uma longa história. Esta busca tem um caráter de testemunho e de missão. De testemunho, porque assinala a conjunção de esforços frente às políticas divisionistas dos poderosos deste mundo. De missão, porque deseja tornar real a presença do Cristo libertador à opressão e à destruição.

O testemunho de muitas Igrejas e cristãos em defesa dos direitos humanos em muitos países ao longo do Continente; o trabalho com refugiados; a defesa dos despojados de seus direitos humanos, como de seu sustento material, têm sido e são um exemplo daquilo que as Igrejas podem fazer quando afirmam — ainda que em meio à perseguição e ao temor — seu compromisso com Cristo e seu Reino. Não podemos ignorar que em alguns países, estas ações têm contribuído e estão contribuindo para acabar com regimes ditatoriais e conseguir uma participação maior do povo na construção de seu próprio futuro.

A aproximação ecumênica alcança em âmbitos distintos, uma confiança maior entre as comunidades evangélicas de diferentes origens; a descoberta de possibilidades de trabalho conjunto, no serviço e no testemunho; a abertura que se manifesta no diálogo nascente entre aqueles que antes não podiam aproximar-se, são passos em um caminho de unidade que este tempo de vida do CLAI nos tem revelado ser possível. Estas são algumas das muitas manifestações do amor de Deus por seu povo em nosso Continente.

AMEAÇA À UNIDADE

Assim como houve conquistas que manifestam a presença dinâmica do Espírito do Senhor, existem ameaças insidiosas que nos mostram que as forças do pecado e da morte continuam ativas, desafiando a valentia, a inteligência e a integridade dos crentes em renovadas maneiras.

documento

CLAI:

Carta do México

A política militarista e intervencionista que os Estados Unidos da América do Norte aplicaram ao Continente, desde a inauguração da administração Reagan, evidencia o desrespeito que as forças opressoras manifestam em relação à vida e à liberdade humanas, desde as intervenções diretas em Granada e na América Central, até às mais sutis formas de dominação econômica e de penetração cultural pelos meios de comunicação de massa.

A dívida externa dos países latino-americanos põe em evidência uma nova forma de dominação econômica que não apenas provoca a dependência dos países empobrecidos em relação aos centrais, como também a destruição das pequenas economias nacionais ou regionais, com o total desprezo da vida dos povos. Isto se revela em novas formas de dominação e exploração, mais sutis porém mais nefastas. O incentivo aos conflitos regionais entra neste esquema, na medida em que dá ao armamentismo e às indústrias bélicas valor superior ao das necessidades de alimentação, saúde, educação e habitação dos humildes.

Este contexto armamentista, que se manifesta com sua carga de morte em todo o mundo, gerou inclusive novas ameaças para nossa América Latina, como a instalação de uma base nuclear em Porto Rico e outra nas Malvinas, dependentes da OTAN, não levando em consideração as recomendações das Nações Unidas e do Comitê de Descolonização.

Não queremos esquecer nesta enumeração, a discriminação racial e o genocídio, em alguns casos aberto (Brasil, Guatemala) e em outros encoberto, que se está perpetrando contra os povos aborígenes, destruindo seus meios e hábitos de vida, quando não aniquilando-os aberta e astuciosamente, reduzindo-os à miséria e à marginalização, negando-lhes assim sua plena participação, em um Continente que no passado foi de sua propriedade exclusiva e total.

AMÉRICA CENTRAL: ENTRE A ATROCIDADE E A ESPERANÇA

Vemos com particular interesse a situação de nossas Irmãs e irmãos na América Central. Ali vive o povo de Deus que busca ansiosamente sua plena realização e unidade em sociedades novas, mais justas e fraternas.

Preocupam-nos, por isso, os deslocados e os refugiados de El Salvador, onde há uma situação de incerteza, de manipulação, e onde não existem as garantias imprescindíveis para um processo democrático limpo, que permita a clara expressão do povo salvadorenho.

Nicarágua sofre a ameaça de uma possível invasão dos Estados Unidos, enquanto grupos contra-revolucionários dedicam-se a semear a morte, as perdas e a insegurança. Não há clima de sossego para dedicar-se ao pleno desenvolvimento de uma vida de paz com justiça (Is 32.17). Os meios informativos internacionais, em sua maioria, dedicam-se a distorcer o que acontece diariamente na vida deste povo, com a consequente senha antinicaraguense, para evitar desesperadamente a simpatia e o respeito dos demais povos do mundo. Hoje, o testemunho desse povo em seu caminho de unidade e a participação dos cristãos por sua liberação e reconstrução, ainda que em meio a ameaças e ataques propagandísticos ou militares, são uma realidade que devemos agradecer ao Senhor.

Honduras se constitui, por enquanto, no país ocupado pelos Estados Unidos. Esta ocupação, unida à provocação dos contra-revolucionários, impossibilita uma negociação de paz para toda a região centro-americana. Ali surge também o grave problema do deslocamento de refugiados, que acrescenta um elemento a mais de preocupação: uma saída razoável, justa, humanitária, para centenas de milhares de pessoas, que esperam retornar a suas terras e viver em paz. "E habilitará o juízo no deserto e no campo fértil morará a justiça" (Is 32.16).

É sintomático da difícil situação em que vive a região, tanto no campo econômico como no militar, que a Costa Rica, outrora um país estável e pacífico, passe agora por uma grave crise econômica e se apreste a militarizar seu território.

Reconhecemos a grande contribuição do Grupo de Contadora (México, Panamá, Colômbia e Venezuela) e apoiamos sua proposta de paz. É necessário que esta via de negociação, diálogo e entendimento dê frutos positivos para a região.

Nesta hora difícil oramos ao Deus da Vida para que haja paz na América Central. Redobramos nosso apoio às Igrejas irmãs na região, e unimo-nos a todos os homens e mulheres de boa vontade, que animam e estimulam um novo horizonte onde habite a justiça (2 Pe 3.13). Estes povos vêm sofrendo muito e seu grito é pela paz, como o ardente desejo de uma plena liberação. O Evangelho que professamos nos faz afirmar que o Deus da Vida será o sustentador e convocador, a fim de que triunfe seu Reino e sua paz prospere.

PENETRAÇÃO E SECTARISMO

Por menos evidente que seja, não devemos deixar de notar a penetração que se realiza na vida e no interior de nossos povos através de uma comunicação massificante, que invade com propostas alheias a nosso modo de ser, que promove esquemas consumistas e difunde ideologias de morte, que não fazem senão reforçar a dominação econômica. Devemos admitir, infelizmente, que os cristãos não estão alheios a estes empreendimentos de domínio, deixando-se influir por deformações que alienem a própria cultura, quando não são apenas agentes imediatos destas formas de penetração. Prova disso é a pretensão de substituir o testemunho do encontro humano, personalizante, pela massificação impessoal de uma evangelização eletrônica.

Devemos destacar também, dolorosamente, o papel que desempenham alguns grupos que a si mesmos se chama evangélicos, que surgem como seitas nos Estados Unidos, nutridos por dólares e interesses que nada têm a ver com a mensagem libertadora de Jesus Cristo, e que vêm penetrando nosso Continente, confundindo as pessoas humildes com sua teologia evasiva, criando ressentimentos e suspeitas em relação ao povo de Deus e exacerbando a ânsia de prestígio e poder de alguns líderes evangélicos, que se têm prestado para estas destrutivas manipulações. Não menos certo que usando este e outros motivos, certos setores da Igreja Católica Romana têm retrocedido em seu compromisso ecumênico e em sua entrega aos pobres, afastando-se dos avanços dados em Medellin e Puebla, produzindo inclusive um desmembramento dentro de sua própria Igreja e comprometendo o testemunho de fé e a credibilidade do povo cristão no Continente. Em algumas regiões, tristes episórios de intolerância e de perseguição, que acreditávamos definitivamente superados, voltaram a produzir-se. Entretanto, graças a Deus, há aqueles que têm persistido em seu compromisso ecumênico e têm prosseguido no rumo da esperança de unidade e redenção, que se abriu desde as primeiras reuniões do CELAM e do Concílio Vaticano II.

EM DIREÇÃO A UNIDADE EM CRISTO

Frente a estes desafios o CLAI se vê novamente, impelido a continuar em sua tarefa de unidade, sabendo que a comunhão em Cristo não é questão somente de acordos eclesiásticos, mas de testemunhos e compromissos (João 17.21) com a vida de todo o povo a quem Deus nos tem chamado a servir e com que ele nos determinou compartilhar sua mensagem de esperança e libertação.

Esta unidade não deve reduzir, mas aproveitar, a riqueza das diversidades que há em nosso Continente, valorizando as contribuições da pluralidade de nacionalidades, tradições e culturas. Precisamos aprofundar nossas raízes latino-americanas comuns, como também manifestar a riqueza de nossas particularidades, num testemunho conjunto que proclame a salvação de Deus, em Cristo, para os homens e mulheres latino-americanos em sua própria linguagem, em sua própria realidade, seguindo o exemplo daquele que “se esvaziou a si mesmo, fazendo-se semelhança humana” (Fp 2.B).

É na afirmação da vida redimida e tornada plena pela ação de Cristo, onde nós, cristãos latino-americanos, devemos encontrar o eixo da unidade, que nos remove em nosso testemunho, numa conversão mais plena e numa ação de serviço integral e humildade, no seio de nossos povos, tornando vivo e eficaz o Evangelho de Jesus. Nele descobrimos a riqueza que o Senhor tem semeado, desde a antigüidade, nos povos deste Continente, renovando os laços de solidariedade, pondo os bens a serviço da vida, respeitosos da natureza pródiga que o Criador nos concedeu. Nele devemos descobrir um estilo de vida próprio, que integre a fecunda vivência dos povos aborigens, que a nutra com a ânsia de liberdade que corre toda a história das lutas em nosso Continente, que manifeste o valor supremo da vida humana, tal como foi demonstrado no Senhor Jesus, que, por seu sacrifício, oferece libertá-lo do jugo da opressão e da morte (CI 1.120).

Para os evangélicos torna-se muito significativo nesta oportunidade a celebração do quingentésimo aniversário do nascimento de Martinho Lutero; porém, mais que a recordação de uma tradição, a vida de Lutero deve mover-nos a descobrir o poder evangélico, que permita à Igreja desafiar-se a si própria pela Palavra de seu Senhor, examinar-se, renovar-se, libertar-se para dar tes-

temunho fiel em nossos tempos e em novas situações, porque este é o princípio essencial que nos lega a Reforma. Não buscaremos divisão, para reeditar velhas discussões do passado, mas os elementos de unidade que nos desafiam a olhar na direção do futuro do Reino, fonte de sua inspiração, para cumprir sua aspiração, não de dividir a Igreja, mas renová-la em sua fidelidade evangélica e de coloca-la a serviço concreto de seu próprio tempo e nação.

Estes são os caminhos de unidade pelos quais o CLAI transita, como conjunção de Igrejas que têm compreendido que seu testemunho compartilhado e sua busca de diálogo e unidade, podem servir para testificar da unidade deste Continente a ser caminho de redenção segundo a vontade de Cristo, Senhor, para proclamar seu Evangelho, que nos conduz a toda a verdade e nos torna livres (João 8.32).

Com CLAI declaramos firmemente:

- Nossa indobrável vocação pela unidade de nossas Igrejas e do povo latino-americano.

- A reafirmação de promover a paz com justiça, para todos os que clamam incessantemente por ela.

- Nosso desejo de serviço e entrega pela causa de Jesus Cristo, até que cheguemos à plenitude nele e “para que o mundo creia” (João 17).

- Nossa esperança em Deus, que nos alerta e acompanha em nosso caminho.

Somos o povo de esperança em direção ao Reino de Deus. “Até que todos cheguemos à unidade da fé e de pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (EF 4.13).

JUNTA DIRETIVA E SECRETARIADO DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS

México, 16 de março de 1984

Gerson S. Meyer,
Secretário Geral
Federico Pagura,
Bispo, Presidente.

O NOME DA ROSA: HISTÓRIA E ESTÓRIA

F. Benjamin de Souza Netto

Neste artigo, F. Benjamin de Souza Netto, monge beneditino, comenta a intriga histórica subjacente ao romance de Umberto Eco, O Nome da Rosa, que se passa numa abadia beneditina, no século XIV.

É justo reconhecer que Umberto Eco cumpre plenamente o propósito literário que visou, ao escrever “O Nome da Rosa”: o gênero policial é transportado no tempo, sem anacronismo, e o princípio aristotélico da verossimilhança, imposto a toda a obra de ficção, é respeitado à risca. Não é, porém, uma análise da perfeição com que se cumpriu este objetivo o que ocupará as presentes linhas. Trata-se, aqui, muito mais de encaminhar uma reflexão sobre a História subjacente à Estória e emergente por toda a trama. Trata-se de determinar a possibilidade de o leitor aferir a verdade que cabe reconhecer à criação literária, pois a tudo cabe a sua verdade. Trata-se de se saber em que medida a Estória desvela, se não o significado pleno da História, o que seria excessiva ambição, ao menos os sinais do momento que esta alcança e os rumos que são os seus futuríveis. E a possibilidade de uma tal leitura “O Nome da Rosa” abre certamente ao leitor.

Um primeiro e necessário passo no sentido de se cumprir o objetivo de uma tal leitura consiste em visualizar as personagens em cena, interrogando-as desde a trama urdida, na direção de seu pleno significado. O Discurso assume a forma de Memória: um narrador personagem articula fatos e pessoas, circunscritos, estes e aqueles, no espaço de um Mosteiro da Congregação de Cluny, situado algures na Itália, e no lapso de uma semana dos idos de 1327. Demarcados ao ritmo do “Opus Dei”, isto é, das Horas Canônicas, ditas em comum e em Coro, como manda o mínimo bom senso, tais fatos consistem em misteriosas mortes, nada naturais, resultando a trama em catástrofe final. A personagem que tudo narra é um



Cassiodoro no seu scriptorium.

velho monge do Mosteiro de Melk, na Alemanha. Os fatos ocorreram em sua juventude, quando noviço — uma estranha figura de noviço-giróvago. Como se observou, tais fatos ocorrem em um Mosteiro italiano da Congregação ou, mais precisamente, do movimento beneditino de Cluny. Isto serve à intenção do autor de situar os fatos na penumbra da História. Com efeito, cerca de quarenta mosteiros desta Congregação se espalharam pela Itália, mas somente três de entre eles foram grandes Abadias: S. Bento de Polirona, S. Ma-jolo de Pavia e S. Tiago de Póntida. Os demais não deixaram traço. É do seio de tal olvido que a narrativa de Adso — dispensam-se observações sobre o nome — faz emergir o cenário dos fatos, uma personagem que se individualiza, ocupando com freqüência o primeiro plano.

A outra personagem é um homem maduro, um Frade Franciscano, em paz com a disciplina oficial de sua Ordem, e com uma folha de serviços prestada à Igreja, da qual consta o exercício da função de Inquisidor. Ora, a despeito disto, era ele um simpatizante dos “fraticelli”, os “espirituais” da Ordem, pregadores de uma pobreza tal, que fazia da simples propriedade um mal tão somente tolerável. Demais disso, era adepto das teorias políticas de Guilherme de Ockham, no mínimo desfavoráveis à Eclesiologia que expressa as pretensões do Papado. Enfim, era partidário de Luís de Baviera, Imperador dos alemães, então em conflito com o Papa. Por tudo isto, Frei Guilherme da Baskerville — mais uma vez é notória a razão do nome — faz vir à Cena um presente que se propõe um futuro, entrevisto como fim da ordem feudal.

Vistas assim as personagens da Estória fazem as vezes de verdadeiros Corifeus, ao mesmo tempo em que dão forma e individualidade a seu significado simbólico. Isto se depreende se se procura um nexo entre a trama policial e a História subjacente. Com efeito, esta põe face a face os agentes mais efetivos do tempo: o Papado e o Poder Civil, dito também temporal, por oposição ao eclesiástico e ao espiritual. A compreensão do alcance deste substrato histórico exige que se remonte um pouco no tempo, evocando fatos que conferiram ao conflito formas novas e mais radicais, tanto em teoria quanto na prática. É necessário recordar que o conflito entre Luís de Baviera e João XXII foi precedido de um outro, o que



Página fac-similar do livro de Durrow

opôs Bonifácio VIII (1294-1303) e Filipe IV de Valois, Rei dos Franceses. O que se punha era já a questão da supremacia do eclesiástico sobre o temporal: afirmada, esta supremacia tinha necessárias implicações políticas, sujeitando a Monarquia a um estado de verdadeira subalternação. Embora a nível doutrinal, desde Gregório VII, os Papas tenuham sempre procurado mostrar que a sua pretensão não obstava a verdadeira autonomia do Poder Civil, ficara sempre difícil mostrar aos Reis a "evidência" desta verdade. Em razão desta indeterminação, Filipe, o Belo, e seus "Legistas", como se chamavam então os juristas e ideólogos oficiais, se ha-

viam proposto uma nova estratégia: limitar os poderes do Papa a nível eclesiástico, para melhor inferir e mesmo com necessidade os princípios políticos da autonomia da Monarquia. Como processar esta transformação? Só uma saída se afigurava possível: obter o reconhecimento de primado do Concílio sobre o Papa.

Esta fase do conflito termina com o desacato do Papa por adeptos e enviados de Filipe, o Belo, à frente dos quais Guilherme de Nogaret, o que vale a estes e ao próprio Rei a excomunhão. Bonifácio morre, pouco após, e seu sucessor, Bento XI, é mais moderado no trato com o Rei, mas permanece irre-

dutível no essencial. Já Clemente V, que o sucede, se instala em Avignon, cidade do Condado de Provença, enquadra no Condado venessino, território dos Estados Pontifícios, mas separada da França apenas pelo Ródano. Francês de origem, Clemente V (1305-1314), Bernard de Got ou d'Agout, era, à altura de sua eleição, súdito do Rei dos ingleses, o que não impede que a sua política, excetuada a relação Papa-Concílio, na qual não se insiste, porque desnecessária a esta altura, consolide a que até então desenvolvera Filipe, o Belo. O que se segue, inclusive o abominável processo contra os Templários, terminado em morticínio, tão somente prepara conflitos ainda maiores. Todavia, quando estes ocorrem, sob o sucessor de Clemente, João XXII (1316-1334), o pólo de tensão com o Papado não é mais o mesmo: não é mais a França, mas a Alemanha ou, para os que o preferem, o Sacro Império.

A morte de Alberto de Áustria, em 1308, despertou em Filipe e seus "legistas" o sonho de um Império que unificasse o Ocidente: o passo seria obter de Clemente V a nomeação de Henrique VII. Irônico desenlace: Pierre de Flotte, legista de Filipe, havia declarado a Bonifácio VIII: "O poder do meu Senhor é real, o vosso, Verbal". Fraco, doente, francês, Clemente faz valer o seu "poder verbal" contra o Rei dos Franceses. Sem dúvida, à morte de Henrique, que nutria as mesmas ambições de Filipe e quase incorrera em excomunhão, Clemente nomeia um Vigário Pontifício para o Império, mas isto tão somente adia a solução e é mais um ato do poder verbal. O Trono Imperial entra novamente em vacância e, agora, são dois os eleitos: Frederico de Áustria e Luís de Baviera. O Papa se propõe árbitro, mas os candidatos eleitos preferem o árbitrio das armas e Luís prevale (1322). Ora, o Papa já era então João XXII que recusa ao vencedor a sanção pontifícia. Ao contrário, instado a renunciar sob pena de excomunhão, Luís, na Dieta de Nuremberg, 1324, reivindica a Convocação de um Concílio Geral, sendo, em seguida excomungado pelo Papa. Eis, em esboço, o horizonte histórico da "estória":

Neste horizonte, Luís e João XXII são mantidos face a face. O Imperador ainda não vira fracassar a sua incursão italiana, após fazer-se coroar Rei dos Romanos (1328). Mas, já então, estavam a seu serviço Marsílio Mainardino, dito de Pavia, e João Gianduno.

Obras destes últimos, o "Defensor Pacis" (defensor da Paz) proclamava a necessidade, não de um Monarca Universal ou da extinção da Propriedade, mas de se reconhecer ao Povo, como todo ou considerável maioria, o Poder Legislativo e a eleição do Executivo. Necessário, este é personificado no Imperador e o Estado, que então se constituiu, assimila todos os direitos. No que concerne à Igreja, o Concílio, em tese todos os fiéis e de fato seus representantes, clérigos ou leigos, é a autoridade suprema. Excetuado o caso de delegação do Povo, o Papa e os Bispos não têm jurisdição nem sobre os clérigos nem sobre os leigos. Ao contrário, de sua decisão cabe sempre recurso à

Assembléia dos Fiéis ou, de fato, a seu delegado, o Chefe de Estado, a quem cabe eleger para as ordens sacras, fixar o número das Igrejas e tudo determinar quanto à disciplina eclesiástica. Estas idéias hão de ser temperadas pelas de Guilherme de Ockham, que pregava uma radical Democracia na Igreja, já que a Lei evangélica é uma Lei de Liberdade, mas defendia o centralismo imperial. As Escrituras e os Dogmas aceites pela universidade dos fiéis são as únicas autoridades indiscutíveis. O Papado passa, no mínimo, para um plano secundário. O Estado Moderno tem esboçadas algumas de suas teses.

Tais doutrinas, sem as esposar por inteiro, Frei Guilherme de Baskerville



São Gregório, o grande, inspirado por uma pomba transmite uma mensagem a seu secretário.

faz ressoar, não sem deixar que se capte a sua contradição com a doutrina dos “espirituais”. Estes remontavam a Pedro João d’Olive que, ao final do século XIII, interpretara a defesa, pelo Papa Nicolau III, da Regra de S. Francisco, como um reconhecimento de que, com este, se inaugurava uma Nova Idade, o Reino do Espírito. Capaz de transigir, quando chamado à ordem, Pedro d’Olive morre em comunhão com a Igreja em 1298. Todavia, para além da pregação de uma pobreza radical, que só tolerava o simples uso do estritamente necessário, mesmo por parte do mais leigo dos fiéis, ensinava que o pecado original é apagado pelo Batismo, mas que a Graça e as Virtudes Infusas não são concedidas, e outras doutrinas pouco compatíveis com a Ortoxia. O Concílio de Vienne condenou-as em 1311. Mas o movimento teve seqüência e seus adeptos não deixam de aflorar, travestidos de monges, na trama urdida por Eco. Em verdade, sob o hábito da Antiga observância, eles representam uma outra personagem.

Dessa forma, na sintaxe de personagens articulada por Umberto Eco, enquanto a investigação de Frei Guilherme e seu secretário faz emergir, sob o hábito de S. Bento, toda uma variedade de caracteres, sempre ou quase sempre em intersecção entre a Estória e a História, a constante presença de monges e mendicantes deixa entrever uma outra personalidade, muito mais difícil de individualizar, já que não ostenta a Tiara nem a Coroa. Trata-se daquilo que, a uma certa altura, é denominado “Poder Espiritual”, por oposição ao Civil e ao Eclesiástico. É ele representado, em interação que vai desde a contradição à mescla, se não à síntese pelas estípites de Bento e Francisco. Os Dominicanos aparecem à sombra do Poder Eclesiástico, não desempenhando papel autônomo. Divisar, no confronto das duas Ordens, o choque do passado com o futuro é propor-se o óbvio. Muito mais difícil é captar o que fica de um passado que se suprime. Com efeito, se há uma contradição entre a doutrina dos espirituais e o discurso teológico-político, acadêmico e cortesão, dos teóricos da Monarquia, há lugar sempre para se pensar na subsistência de ambos no seio da mesma práxis, como toda a práxis, tolerante para com as contradições. Mas, por que, com tanta eviência, o Monge beneditino e, ainda por cima, italiano e sob a disciplina de

Cluny? A resposta a esta questão orienta a interpretação final do significado do Romance.

No que concerne ao Monarquismo beneditino em geral, a sua presença no Romance se justifica por sua importância histórica passada, sem dúvida, mas também por seu patrimônio presente. Este não é a sua grande fortuna material, subsistente sob a forma de uma propriedade em desagregação e por relações de produção exaustas, mas pelo “Saber” de que, ao menos, as suas Bibliotecas são os depósitos. Certamente, este Poder Verbal já se encontra compartilhado, mas, ao final do Romance, Frei Guilherme observa, face à catástrofe que tudo consome no fogo, tratar-se da maior Biblioteca “da Cristandade”. Tratava-se, portanto, no mínimo, de algo a preservar e incorporar à “ordem nova” que se gestava.

Donde se inferir o interesse de uma série de mortes, à primeira vista simples questão de direito público, mas não político, a ponto de se fazer delas um argumento. Igualmente, a evocação do momento histórico, ligada à missão política de Frei Guilherme, mais do que um simples detetive, confere à sua presença no Mosteiro de Abonne a sua verdadeira razão suficiente.

Em verdade, a “Ordem de S. Bento”, não foi, segundo a sua origem e a normatividade de sua Regra, uma Ordem na acepção medieval e moderna do termo. Seria mais preciso dizer que ela principiou por ser uma “disciplina” no seio de um movimento assinado por um profundo caráter carismático. Na seqüência de Regras, atribuídas a nomes famosos como Pacômio ou Basílio de Cesaréia, ou anônimas, como a “Regra do Mestre”, o seu objetivo era preservar e fomentar o espírito do monaquismo cristão. Escola e Comunidade, o Mosteiro punha-se a serviço do Monge como o seu fim e a sua substância. Todavia, como toda Regra é uma Lei e toda Lei extrínseca ao que rege, o Monaquismo beneditino não foi sempre o reflexo puro e simples da Regra. Assim, no curso complexo da História Feudal, as suas formas se afastaram, em várias medidas, do paradigma feito letra. Entre elas, Cluny, Congregação estruturada em torno do Mosteiro do mesmo nome, fundado entre 908 e 910 por um certo Bernon, às instâncias e sob a proteção de Guilherme de Aquitânia, se caracterizou por um extremo centralismo, a supri-

mir a autonomia dos Mosteiros, típica da Regra, em favor da Casa Mãe. Em verdade, uma certa tendência nesta direção já se experimentava desde o século IX, com as reformas de Bento de Aniane. De qualquer maneira, Cluny há de ser o que se poderia esperar de mais feudal na História do Monaquismo.

Várias vezes reformada, alcança, no século XIV, a curva descendente de sua História. O vínculo com a Casa Mãe, a seu modo uma relação de vassalagem, não mais impõe: homogênea ao Mundo Feudal, a disciplina que instaurou se fragmenta e, na recomposição que há de se seguir, não haverá um lugar para ela. É este momento que Umberto Eco focaliza. E a decomposição que se reflete no desregramento, até o suicídio, é, para o espírito da Ordem, a mesma que lança mão do homicídio em vista da sobrevivência, a um título supostamente inspirado de executaiva da Providência. O esquema apocalíptico que leva Guilherme a deslindar a cadeia de crimes é um erro que leva acidentalmente a uma verdade. Mas a caracterização do Mosteiro anônimo que personifica Cluny decadente como aquele cuja Biblioteca encerra as melhores edições do Apocalipse, ao mesmo tempo que enclausura as obras primas da heterodoxia, de Aristóteles à Alquimia, não o é. Nele se trava a tensão entre os extremos: por isso, a epirose (fogueira) que lhe põe termo tem um significado que Guilherme de Baserville e Jorge de Burgos interpretam de forma contraditória.

Tudo isto pode ser captado mediante uma leitura preocupada com a informação histórica. O que torna, talvez, mais difícil esta leitura é a penumbra em que emerge a terceira personagem, o “Poder Espiritual”, cujo passado é representado pelo Monaquismo medieval e cujo futuro se esboça nos “irmãozinhos”. Esta imersão e esta indecisão de traços diz respeito à identidade própria do monaquismo, em geral, e das formas por ele assumidas na Idade Média, que não transparecem ao leitor que as não conheça de antemão. Mas o propósito maior de U. Eco se cumpre: um Apocalipse é sempre a revelação de um fim, mas este não é senão mediamente um termo, um epílogo. De cada epirose que anuncia brota sempre um novo mundo, chamado a ser, em seu extremo limite, em sua forma escatológica, a novidade perene, Novos Céus e uma Nova Terra.

Novas Formas de Ser Igreja:

“Questionar um tipo de instituição, descobrir o surgimento de novas formas estruturais de Igreja, não significa então questionar a Igreja como tal. A própria fidelidade ao dom de Deus leva a Igreja a estar sempre reformando e adaptando suas estruturas, para acompanhar os apelos do Espírito através dos sinais dos tempos”.



Missa dos acampados
na estrada da Fazenda Primavera,
Andradina, 1/05/84.



UM SONHO E UMA SEMENTE

Gotas d'água no oceano, um pequeno grupo de amigos vai batendo papo sobre as pequenas comunidades da Igreja que surgem no meio do povo. O desejo é o de sermos úteis, ajudar a maré a crescer. Que ambição... Mas tem um pequeno espaço institucional que pode ajudar: o CEDI e até o IAJES, um pequeno instituto do interior que está a serviço das CEBs da região.

Assim, projetando um programa, escrevemos: "Sentimo-nos como alguém que planta uma semente. Confiamos a semente à terra e esperamos. Espera e esperança". Ao plantar a semente, temos esperança de que haja frutos no futuro. Que ela não seja logo apanhada por um pássaro. Que não encontre na pedra dura obstáculos intransponíveis ao seu crescer. Que não venha a plantinha a ser sufocada, antes do tempo, pelos espinhos.

Esperança de que se realize algo que parece um sonho: o sonho de poder colaborar, com nossa pequena contribuição, para o crescimento de Novas Formas de Ser Igreja, para uma Sociedade Nova. A semente da colaboração de uma instituição-em-movimento, o CEDI, grupo articulado e individualizado de "quadros", que se pretende a serviço da causa popular, e um movimento-instituição, as CEBs, nascidas no meio das classes populares, aparentemente inarticuladas e dificilmente individualizáveis.

Há questões escondidas já neste por da semente: a dialética movimento-instituição, a possibilidade de real colaboração das CEBs e seu peso na grande massa do povo brasileiro crente e oprimido, a relação Igreja-Sociedade na busca de uma transição para novas formas de Igreja-Sociedade etc, etc, As questões virão à tona, na medida em que (e se) a plantinha crescer, e imporão por si mesmas seus termos de definição e linhas de solução.

ANDANÇAS E HIPÓTESES

Assim começamos as andanças, nestes primeiros três meses do programa: andanças de contatos e assessorias para as CEBs ou sobre as CEBs, principalmente. Sempre dois a dois, conforme o Evangelho manda, que é para ir sempre aprendendo um com o outro. Muitas vezes, alguém mais ligado ao CEDI e alguém mais ligado ao IAJES: descobrindo novas formas de colaboração e de formação de quadros. Araçatuba, Lins, São Paulo, Rondonópolis, Andradina, Caieiras, Cunha, Três Lagoas, Diamantina, encontrando bispos e gente do povo, religiosas e seminaristas, padres e leigos. Nas andanças, nos papos, levantando algumas hipóteses. Hipóteses que gostariam de despertar contribuições de teóricos (teólogos, historiadores da Igreja, sociólogos...) e agentes de pastoral, na reflexão sobre Novas Formas de Ser Igreja. Rela-

cionamos algumas destas hipóteses em estado "bruto":

1. O que é CEB? - Não se trata de uma nova "fórmula" de pastoral, mas de um "novo aparecer" (de uma Resurreição, diz Jon Sobrino) da Igreja dos pobres em suas diversas formas.

2. O que é "Igreja dos Pobres" ou "Igreja Popular"? - Trata-se de um modelo de Igreja com hegemonia das classes populares e que assume portanto o "Projeto Histórico dos Pobres".

3. Uma Nova Forma de Ser Igreja supõe "novas formas" de fazer teologia, de ler a Bíblia, de analisar a sociedade; novas formas também de ser pastor, de celebrar, de organizar a Igreja; novas formas de se "fazer caridade" etc., etc.

BRINCANDO COM FREIRAS

Nos vários encontros, a gente vai testando e aprofundando um pouco as hipóteses. Num encontro com umas sessenta Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado surgiu então a hipótese de que os "modelos" de Igreja ainda presentes em nossos dias correspondam a sucessivas hegemonias de algumas classes dentro da Igreja: a hegemonia da nobreza feudal, da burguesia capitalista e das classes populares. Assim, brincando com as freiras, fomos construindo um "quadro" com algumas características destes três modelos de Igreja: feudal, burguesa e popular (veja o quadro abaixo).

MODELO DE IGREJA	FEUDAL	BURGUESIA	POPULAR
Aliança classe hegemônica	Nobreza	Burguesia	Classes populares
Estrutura básica	Paróquia tradicional	Movimentos	CEBs
Modelos de sociedade	Sociedade hierárquica	Individualismo (Competência/competição)	Projeto Comunitário
Teologia Igreja, Reino, Mundo	Igreja x Mundo (= Mal) Igreja = Reino	Igreja serviço ao Reino (céu) Mundo Secularizado	Igreja serviço ao Reino que começa aqui e agora
Pastor	Sacerdote (dono do sagrado)	Administrador/coordenador	Profera - Servidor
Leigo	Obediência	Colaborador	Igreja toda carismática, ministerial
Leitura da Bíblia	Fundamentalista	Histórico-crítica	Narrativa - popular - libertadora
Teologia	Escolástica	Progressista	Da libertação
Missão	Cruzada - Padroado	Proselitismo	Fermento na Massa
Caridade	Esmola - Assistencialismo	Promoção humana	Liberização
Arquitetura	Templos - Palácios	Igrejas - espaços funcionais	Casa do Povo - Centro Comunitário - Salão - Capela
Liturgia	Rito pré-fixado	Cerimônias bonitas, sentimentais	Celebração da Vida

REFLETINDO SOBRE LITURGIA

Os cursistas da FAI sobre liturgia ajudaram a gente a pensar mais sobre o que permanece e o que muda na Igreja. Um novo modelo de Igreja não cheira perigosamente a uma "nova" Igreja? Ninguém dúvida que a Igreja é una, é hoje a mesma Igreja dos Apóstolos e dos Mártires, mas será idêntica? A busca do que há de novo na "liturgia" das CEBs nos leva a pensar a diferença entre o "eclesiástico" e o "eclesiástico". Na Igreja encontramos sempre os dois elementos:

a) O "Dom de Deus": a Graça, a Palavra a presença de Jesus Ressuscitado e de seu Espírito, o seu crescimento misterioso do Reino... e a resposta humana: a fé, compromisso com a palavra e com o Reino; a esperança que renova a vida momento por momento; a experiência do amor pascal (morte-resurreição) dentro e fora da comunidade visível. Eis o nível do Eclesial.

A Igreja se nos apresenta aqui como continuação de Cristo Ressuscitado no mundo, como visibilidade da atuação do espírito. Portadora da Palavra-Testemunho transmitida pelas primeiras comunidades cristãs, na seqüência do grande testemunho histórico do povo de Israel. Ela, Igreja, é a administradora dos gestos simbólicos que atualizam, para cada geração, a mensagem da Palavra: o parto do Pão, o banho purificador na água, o acolhimento recíproco do perdão.

b) Mas há também, e necessariamente, o nível do eclesiástico, a estrutura humana, a encarnação da resposta ao dom de Deus em formas visíveis, a institucionalização, a organização da Igreja, a maneira de celebrar, de se reunir, de levar adiante a missão.

A Igreja exerce sua função de visibilidade do dom de Deus ("Sacramento") através de sua forma histórica de ser, através da comunidade dos cristãos (eclesia, reunião dos convocados), encarnada num tempo, num lugar, numa situação histórica. Sujeita, portanto, às leis da história: refletindo em si as limitações e contradições de cada formação social em que está presente; condicionada pelas estruturas

sócio-políticas e econômicas, pela cultura, pelos homens concretos de um ambiente concreto.

Questionar um tipo de instituição, descobrir o surgimento de novas formas estruturais de Igreja, não significa, então, questionar a Igreja como tal. A própria fidelidade ao dom de Deus leva a Igreja a estar sempre reformando a adaptando suas estruturas, para acompanhar os apelos do Espírito através dos sinais dos tempos.

E assim pudemos dramatizar, usando como texto-base Mateus 5.13-15 ("Vós sois a luz do mundo"), três diversas formas de celebrar a palavra, no modelo feudal, no burguês e no popular. E descobrimos que sabemos ridicularizar o feudal, que pouco conhecemos o popular, e que, em muito, ainda nos identificamos com o burguês...

MOTORES E CANOAS

Pensando no conjunto da caminhada das novas formas de ser Igreja no Brasil, um amigo nos dizia: É como uma frota de barcos subindo o rio; os motores, lá na frente, estão achando dificuldades em avançar; mas as canoas, atrás, vão ganhando espaços bem mais rapidamente. De fato, descobrimos que em algumas regiões se fazem em três anos os avanços que em outras custaram dez.

É um pouco caso da Diocese de Três Lagoas; nestes três meses, duas assessorias; uma, para agentes de pastoral, num curso de pastoral social, com o Pedro Ribeiro de Oliveira. Ele veio com aquela calma de mineiro. E começou a falar sobre a Igreja do Brasil preocupada com a pobreza; e sobre a realidade do Brasil: uma Bélgica no meio de um Bangladesh. E questionou: de que lado estamos vivendo? E como enxergamos o pessoal que está do outro lado? Depois de ter deixado bem claro o aspecto visível da pobreza (não tem como não ver), Pedro começou mansamente (mineiramente) a mostrar que a pobreza é o rosto visível de uma opressão que se esconde. E aos poucos, padres, freiras e agentes de pastoral começam a abrir os olhos. Se a gente quiser mesmo ajudar os pobres, o jeito é

lutar com eles contra aqueles que os oprimem. A pastoral social da Igreja deve visar cortar a árvore pela raiz: acabar com a sociedade opressiva e produtora de pobreza. Lutar pela construção de uma nova sociedade. E isto exige uma nova forma de ser Igreja. E na Diocese, muitos já estão tentando: canoas subindo o rio...

Assim foi na assembleia da Pastoral de Juventude. Jovens são grandes consumidores de encontros: palestras, cantos, choradeiras, debates. Henrique lançou o desafio: assembleia não pode ser apenas um momento de consumo, mas de produção. Produzir um novo projeto de juventude. Questionando fundo, chega-se a definir pastoral de juventude como um serviço à Igreja (sal, fermento, caminho) para que a Igreja toda, e os jovens com ela, se coloquem a serviço da transformação da sociedade. Criar mais comunhão e participação. Comunhão quer dizer partilha dos bens: resolver o problema da economia. Participação quer dizer partilha do poder: resolver o problema da política. Mais de uma vez, uma Nova Forma de Ser da Igreja, em vista de uma nova sociedade.

E ASSIM VAMOS INDO...

Na medida em que se vai avançando, percebe-se a necessidade de ir aprofundando todas estas coisas, de ir descobrindo gente que ajude na reflexão e sistematização.

A caminhada apenas começou. A semente foi apenas plantada. Pedimos ajuda. Aos teóricos, para que levem adiante a reflexão. Aos agentes de Pastoral, para que se engajem sempre mais no serviço a estas novas formas de ser Igreja. Quem quiser colaborar, pode nos escrever, ou vir bater papo. Passando por São Paulo (1), Três Lagoas (2), ou Andradina (3) estamos aí.

(1) CEDI - Av. Higienópolis, 983 - São Paulo - SP - fone: 66-7273

Programa Novas Formas de Ser Igreja: Henrique, Doroti ou Lucia.

(2) Equipe CEBs Três Lagoas: João Carlos e Bel - C.P. 99 - 79.600 - Três Lagoas - MS - fone (067) 521-3027

(3) IAJES - C.P. 261 - 16.900 - Andradina - SP - Igreja Nossa Senhora das Graças - fone: (0187) 22-1066

bíblia hoje

(Continuação da página 28)

porque também ele sofreu; para os que lutam e sofrem pelas guerras, Jesus garante a vitória final das forças do bem, daqueles que com suas lutas semeiam um mundo novo, sem guerras provocadas pela ganância; para os que morrem vítimas de fome e das violências Jesus promete a ressurreição e a paz definitiva, e para as potências que acumulam arsenais de destruição, Jesus promete que as "portas do Inferno" não prevalecerão contra a Igreja. A existência do povo de Deus é a segurança de que o remanescente não permitirá jamais que a destruição seja total — a esperança permanece. Apesar de todas essas promessas, a pergunta continua:

Onde estão os Sinais dos Tempos?

Nunca em toda a história do mundo, tanto dinheiro foi gasto pelos países ricos em programas favorecendo as populações carentes do chamado Terceiro Mundo. A consciência do problema por parte dos Governos, Igrejas e Organizações se deu através de movimentos vários que pressionam as autoridades no sentido de que olhem com mais carinho para aqueles que não têm satisfeitas suas mínimas necessidades de sobrevivência.

A EXISTÊNCIA DE MOVIMENTOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES QUE LUTAM PARA DIMINUIR A FOME DOS SEUS SEMELHANTES; PRINCIPALMENTE DAS CRIANÇAS, É UM SINAL DOS TEMPOS.

Muito dinheiro é gasto em programas pelo desarmamento e em favor da paz mundial. Pessoas dedicam todo o seu tempo no afã de formar uma mentalidade refratária a todas as formas de belicismo.

A EXISTÊNCIA DE MOVIMENTOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES QUE LUTAM CONTRA O ARMAMENTISMO, É UM SINAL DOS TEMPOS.

Milhares de pessoas no mundo organizam-se contra a discriminação racial, social e sexual, e contra a exploração do homem pelo homem, visando criar sociedades mais humanas onde

aquilo que antagoniza os grupos sociais e raciais desapareça.

A EXISTÊNCIA DE MOVIMENTOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES QUE LUTAM CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E A EXPLORAÇÃO, É UM SINAL DOS TEMPOS.

Este século foi o de maior número de países que se tornaram livres do Colonialismo, países pobres, oprimidos e explorados estão descobrindo sua dignidade e abrindo caminhos para sua soberania e construindo um novo tipo de relação internacional, onde a tônica seja o respeito e a intercolaboração.

A LIBERTAÇÃO DE PAÍSES DO COLONIALISMO EM BUSCA DE SUA LIBERDADE E DE UM NOVO CONCERTO DAS NAÇÕES, É UM SINAL DOS TEMPOS.

No continente europeu, o mais ameaçado pelo arsenal ali localizado, têm surgido manifestações espontâneas de multidões pressionando para que seja desativadas as armas com alto teor de destruição. Devido a isso as igrejas europeias (principalmente as evangélicas), têm sido avivadas, sobretudo pela presença maciça dos jovens e pelo fato delas terem tomado uma posição corajosa contra a guerra atômica.

O FATO DE MULTIDÕES DE PESSOAS EM VÁRIOS PAÍSES ESTarem MOBILIZANDO-SE CONTRA A GUERRA NUCLEAR, COM O APOIO DAS IGREJAS, É UM SINAL DOS TEMPOS.

Particularmente no Continente latino-americano, muitos povos que foram mantidos sob terríveis regimes repressivos e ditatoriais estão mobilizando-se contra os mesmos pelas vias pacíficas. Essa resistência popular tem provocado um processo de redemocratização, que irá num futuro próximo propiciar que as maioria trabalhadoras nesses países decidam seus destinos e equacionem da melhor maneira possível os problemas que as afligem.

O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NOS PAÍSES REPRIMIDOS É UM SINAL DOS TEMPOS.

Como há muito tempo não se vê, o testemunho do Evangelho tem sido encarnado de maneira radical. Nos últimos trinta anos, sobretudo na América Latina líderes cristãos têm sido martirizados, perseguidos, presos e silenciados. A coragem evangélica dos primitivos cristãos tem reaparecido, e a autêntica pregação do Evangelho tem ressoado pelos quatro cantos da Terra, o que incomoda tanto as forças do mal quanto os hipócritas e falsos profetas que têm procurado arregimentar multidões para sua pregação vazia de conteúdo redentor.

O MARTÍRIO DE MUITOS PELO EVANGELHO É UM SINAL DOS TEMPOS.

Como nunca o Evangelho está sendo anunciado, através dos MCS em escala mundial. A Palavra de Deus nunca foi traduzida em tantas línguas e lida por tantas pessoas. As admoestações dos grandes líderes religiosos estão sendo ouvidas mais atentamente, na medida que se instaura a violência e a desesperança.

A DIVULGAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS, A PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO E A VOZ PROFÉTICA DA IGREJA ESTAR SENDO OUVIDA POR CADA VEZ MAIS PESSOAS, É UM SINAL DOS TEMPOS.

Tudo isso, porém, não significa que as forças do mal organizadas e encarnadas nos modernos impérios mundiais, que se impõem pelo poder econômico e pela força das armas, não estejam orquestrando práticas e gastando fábulas de dinheiro para perpetuar a dominação e impedir a expansão do Reino.

No entanto, quando voltamos os olhos para os céus, tentando aprofundar nossa comunhão com o Pai, através da oração, do estudo atento da Palavra, pelo Sacramento e pela prática do amor, vemos nossa realidade transfigurada e os Sinais dos Tempos — sinais da ação de Deus — tornam-se visíveis. Vemos a face de Jesus no rosto dos que sofrem e dos que lutam por um mundo melhor, mais justo, mais fraterno — antecipação do Reino.

bíblia hoje

ONDE ESTÃO OS SINAIS DOS TEMPOS?

Mateus 16.1-4

José Bittencourt Filho

“Fome assustadora nunca vista antes; exploração do homem pelo homem numa escala nunca antes imaginada; catástrofes climáticas que vitimam países inteiros; guerras e rumores de guerras em profusão; matanças indiscriminadas; violências em grau elevadíssimo; mortalidade infantil atingindo taxas recordes; aumento do arsenal nuclear que coloca em risco todas as formas de vida sobre o planeta”.

Onde estão os sinais dos Tempos?

No texto, Jesus recrimina os fariseus, autoridades religiosas da época, porque viviam em busca de sinais, ao invés de tentar discerní-los. A presença viva de Deus na pessoa de Jesus Cristo era o único e maior sinal que eles deveriam descobrir.

O mesmo acontece nos dias de hoje: muitos cristãos ao lerem a Bíblia sentem profunda nostalgia pelos tempos em que Deus falava “pessoalmente” com seus profetas e seu povo. Nessa linha é que muitos hoje tentam restaurar essa “época de ouro”, buscando “visões”, “profecias” e “revelações” dos mais diversos tipos.

Esses cristãos não compreenderam que as narrativas bíblicas são interpretações dos Autores inspirados de ações concretas de DEUS no dia-a-dia do seu povo. A única “vantagem”, se é que podemos falar assim, que nossos antepassados na fé tiveram, era a de saber discernir, melhor do que nós, a ação de Deus na história.

O discernimento é um dom do Espírito Santo, que todos os cristãos devem buscar, exatamente para interpretar onde Deus age e como age, para que temos a estabelecer um diálogo com ele, como faziam os Pais na Fé e todos os nossos irmãos do Antigo e Novo Testamentos.

No cristianismo dos dias de hoje, existe uma profunda preocupação com a Segunda Vida do Cristo. Muitos vivem tentando mostrar que os sinais que Jesus mencionou estão acontecendo agora. Aliás, todas as vezes que a situação mundial se tornou difícil, cristãos arriscaram seus prognósticos. Algumas seitas chegaram a marcar local e data

da volta de Jesus e, além de ficarem frustrados, criaram obstáculos à evangelização pois escandalizaram a muitos com tamanha insanidade.

Onde estão os Sinais dos Tempos?

O quadro é tenebroso: fome assustadora nunca vista antes; exploração do homem pelo homem numa escala nunca antes imaginada; catástrofes climáticas que vitimam países inteiros; guerras e rumores de guerras em profusão; matanças indiscriminadas; violências em grau elevadíssimo; mortalidade infantil atingindo taxas recordes; aumento do arsenal nuclear, que coloca em risco todas as formas de vida sobre o planeta.

O maior de todos os Sinais de Deus, foi o próprio Jesus — o Cristo. Ele representa a solidariedade radical de Deus que não satisfeito em revelar-se através dos seus profetas e anjos, assumiu a condição humana; tornou-se como um de nós, numa família pobre e obscura, num país dominado pelo maior Império da época. Foi tentado, traído e assassinado, através do que pôde declarar a vitória de Deus sobre todas as formas de mal, ressuscitando e prometendo sua presença todos os momentos conosco através dos tempos.

Onde estão os Sinais dos Tempos?

Vamos nos remeter às palavras de Jesus — o Sinal maior de Deus — para localizá-los. Para os que padecem de fome de pão e justiça porque são explorados, Jesus prometeu que serão fartos; para os que perderam seus queridos pela força das intempéries Jesus assegurou Sua presença consoladora,

(Continua na página 27)